

# PLANO DE USO PÚBLICO DO PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
Fernando de Noronha – PE  
2024



Presidente da República

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Ministra do Meio Ambiente

**Marina Silva**

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**Mauro Oliveira Pires**

Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

**Iara Vasco Ferreira**

Coordenação Geral de Uso Público e Serviços Ambientais – CCGEUP

**Carla Cristina de Castro Guitanele**

Coordenação de Planejamento da Visitação– COVIS

**Kelen Luciana Leite**

Chefe do Núcleo de Gestão Integrada de Fernando de Noronha

**Lilian Letícia Mitiko Hangae**

## **EQUIPE DE PLANEJAMENTO – ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO**

Supervisão

**Allan Crema –COVIS/CGEUP**

Coordenação

**Rafael Ferreira Costa – PARNAMAR de Fernando de Noronha**

Moderação da Oficina de Planejamento

**Fabiana de Oliveira Hessel- NGI Brasília**

## **COLABORAÇÃO**

Aline Soares Passos

Carla Cristina de Castro Guaitanele

Cintia Maria Santos Da Câmara Brazão

Clarissa de Paiva Medeiros Souza

Douglas Barents Vivas Araujo

Gilvanio Ferreira da Silva

Marco Antônio Marino de Oliveira

Paulo Faria

Sabrina Stieler Teixeira

Iasmina Freire

## **PARTICIPANTES DA OFICINA DE PLANEJAMENTO**

Alice Grossman- ECONORONHA

Allan Crema- ICMBio

Amanda Rocca – Associação dos Condutores e Divulgadores de Informações Turísticas de Fernando de Noronha – ACITUR-FN

Ana Beatriz Bennemann – ICMBio

André José da Silva – ICMBio

Andrea Olinto – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS- PE

Antônio Gomes (Nico)- Associação dos Receptivos de Fernando de Noronha

Cintia Brazão- ICMBio

Clara Moreira Moraes- ICMBio

Débora Marília – Assembleia Popular Noronhense- APN

Edna Moura- Associação dos Receptivos de Fernando de Noronha

João Luiz Camargo – ICMBio Centro Tamar

João Raimundo- ECONORONHA

José Martins – Instituto Ambiental de Fernando de Noronha- IAFENO

Léo Veras – Associação de Barcos Turísticos de Fernando de Noronha- ABATUR

Lilian Hangae- ICMBio

Lucas Penna- ICMBio

Marcos Aurélio da Silva- ICMBio

Maria Denise – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS- PE

Mario Douglas Fortini de Oliveira- ICMBio

Nino Alexandre Lehnemann – Assembleia Popular Noronhense- APN

Paulo Ferreira- Associação Noronhense das Empresas de Mergulho Autônomo- ANEMA

Rafael Ferreira Costa – ICMBio

Rafael Pinheiro- Projeto Golfinho Rotador

Rosana Camilo- ICMBio

Vivian Maitê Castro- Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS- PE

Viviane Vilella – ICMBio

**FOTOS:**

Fotos da capa: Allan Crema.

Fotos da Oficina de Planejamento:

Fabiana de Oliveira Hessel e Clarissa de Paiva Medeiros Souza.

**MAPAS:**

Rafael Ferreira Costa

## Sumário

1	APRESENTAÇÃO .....	3
2	CONTEXTUALIZAÇÃO .....	4
2.1	CARACTERIZAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO .....	4
2.1.1	DADOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS .....	4
2.1.2	Relevo, clima e hidrografia .....	5
2.1.3	Bioma, flora e fauna local.....	6
2.1.4	Caracterização Socioeconômica.....	7
2.1.5	Infraestrutura .....	8
2.2	Importância turística nos roteiros nacionais e internacionais: .....	8
2.2.1	Evolução da atividade turística em Fernando de Noronha.....	8
2.2.2	Relevância do Turismo para economia local.....	10
2.2.3	Fernando de Noronha como destino turístico consolidado .....	10
2.3	Caracterização da unidade de conservação .....	12
2.3.1	Outras iniciativas de proteção.....	12
2.3.2	Dados da visita do PARNAMAR Noronha e perfil do visitante .....	13
3	PLANEJAMENTO .....	14
3.1	Oficina de planejamento do uso público.....	14
3.2	Oportunidades e desafios (matriz SWOT) .....	15
3.3	Visão de futuro .....	16
	VISÃO DE FUTURO:.....	17
3.4	DIRETRIZES DO USO PÚBLICO.....	17
3.4.1	DIRETRIZES SOCIAIS.....	17
3.4.2	DIRETRIZES GERAIS.....	17
3.4.3	DIRETRIZES PARA MERGULHO – AUTÔNOMO E LIVRE .....	19
3.4.4	DIRETRIZES PASSEIO EMBARCADO E MERGULHO REBOCADO .....	19
3.4.5	DIRETRIZES PARA DELEGAÇÕES DE SERVIÇO .....	20
3.4.6	DIRETRIZES PARA INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL .....	21
3.4.7	DIRETRIZES PARA INFRAESTRUTURA DE APOIO À VISITAÇÃO .....	21
3.4.8	DIRETRIZES PARA A GESTÃO DE SEGURANÇA .....	22
4	ÁREAS DE VISITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS (ROVUC).....	22
4.1	AV GOLFINHO - SANCHO: .....	23
4.1.1	Trilha Baía dos Golfinhos:.....	23
4.1.2	Trilha Golfinho-Sancho:.....	24
4.1.3	Trilha do Sancho .....	24
4.1.4	Trilha do Mirante dos Dois Irmãos .....	24
4.1.5	Praia do Sancho:.....	25
4.2	AV Baía dos Porcos .....	25
4.3	AV Leão .....	26
4.3.1	Praia do Leão.....	26
4.3.2	PIC e Mirante do Leão .....	27
4.3.3	Trilha e Mirante da Ponta das Caracas .....	28
4.4	Piscina Natural da Ponta das Caracas.....	28
4.4.1	Trilha e Mirante do Sueste/ Forte São Joaquim.....	29
4.5	AV Sueste .....	29

4.5.1	PIC e Praia do Sueste.....	29
4.6	AV Atalaia.....	30
4.6.1	Trilha do Atalaia.....	30
4.6.2	Praia e Piscina natural do Atalaia .....	30
4.6.3	Trilha Pontinha-Caieiras .....	31
4.7	AV Capim-açu .....	32
4.7.1	Trilha do Farol e Mirante da Sapata .....	32
4.7.2	Trilha do Capim-Açu .....	32
4.8	AV Abreu.....	33
4.8.1	Trilha do Abreu.....	33
4.8.2	Piscinas naturais do Abreu .....	33
4.9	AV Morro São José.....	34
4.9.1	Piscina Natural do Morro São José.....	34
4.9.2	Sítio histórico e mirante do Morro São Jose .....	34
4.10	AV Caieira.....	35
4.10.1	Praia da Caieira.....	35
4.10.2	Encosta da Enseada dos Tubarões .....	36
4.11	AV Ilha Rata.....	36
4.11.1	Circuito histórico-cultural Júlio Grande.....	36
4.12	AVs Marinhas.....	37
4.12.1	AV Mar de Dentro .....	38
4.12.2	AV Mar de Fora.....	38
5	SISTEMATIZAÇÃO DAS CLASSES DE EXPERIÊNCIA DA VISITAÇÃO .....	39
6	MATRIZ DE AÇÕES .....	40
6.1	PLANEJAR E ORDENAR O USO PÚBLICO .....	42
6.2	IMPLEMENTAR O USO PUBLICO .....	44
6.3	DELEGAR SERVIÇOS .....	47
6.4	MONITORAR A VISITAÇÃO .....	48
6.5	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO USO PÚBLICO E DEMAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES AO PLANO DE USO PÚBLICO.....	50
7	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	51
8	ANEXO I- MAPAS.....	52

## 1 APRESENTAÇÃO

De acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, é o plano de manejo o documento técnico estratégico no qual se estabelecem o zoneamento e as normas que devem presidir o manejo dos recursos naturais em uma unidade de conservação e os usos permitidos em cada zona. O plano de manejo também descreve a relevância da UC ao identificar o seu propósito, significância e os recursos e valores fundamentais (RVF); fornece subsídios para interpretação e educação ambiental; avalia as necessidades de planejamento e dados para a UC; e identifica seus atos legais (ou regras específicas) e atos administrativos existentes.

O uso público nas unidades de conservação é um serviço ambiental e uma ferramenta para promover a conservação ambiental, ao tempo em que proporciona a conexão do ser humano com o ambiente natural. De acordo com o disposto na Instrução Normativa ICMBio nº 07/2017 e na Portaria ICMBio nº 1.163/2018, que estabelecem as diretrizes e os procedimentos para a elaboração e revisão de planos de manejo, as orientações técnicas ou normas de manejo para temas como visitação, proteção e pesquisa poderão constar em planejamentos específicos que, por sua vez, irão compor o portfólio do plano de manejo da UC. O Plano de Uso Público (PUP) é um desses planos específicos.

O Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha desenvolveu, nas últimas três décadas, diversos instrumentos de planejamento, monitoramento da visitação e implementação do uso público, tais como: Plano de Manejo, estudos de capacidade turística anexados posteriormente, projetos de intervenção em trilhas, projetos de interpretação ambiental, contrato de concessão, autorizações para operações de mergulho e condução de visitantes e mais recentemente o Procedimento Operacional da Visitação (PROV), o Rol de Oportunidade de Visitação (ROVUC) e o Sistema de Gestão de Segurança. Estes instrumentos estão relacionados e dão toda a base para a gestão do Uso Público da unidade.

No entanto, os instrumentos citados acima foram produzidos em períodos e contextos diferentes, por equipes distintas e, inclusive, com diferentes concepções de manejo de áreas protegidas. Tudo isso associado a um processo contínuo de mudança do perfil do visitante de Fernando de Noronha e do número de visitantes, que nos últimos dez anos saltou de aproximadamente 60 mil visitantes antes para 130 mil visitantes ano.

Considerando que o PUP é, essencialmente, um documento técnico não normativo e programático que contempla as estratégias, diretrizes e prioridades de gestão, o presente plano busca trazer um alinhamento das estratégias e diretrizes pré-existentes ao mesmo tempo que faz um olhar para o futuro, buscando, orientar o manejo, aprimorar as experiências e diversificar as oportunidades de visitação no PARNAMAR.

Apesar do presente plano já prever atrativos, atividades e serviços para as diferentes áreas de visitação do Parque, este não teve a intensão de ser exaustivo. Outras iniciativas que estejam em consonância com os objetivos, zoneamento da unidade, diretrizes deste plano e classes de experiência da visitação definida para as áreas de visitação são passíveis de avaliação mediante a apresentação de projetos específicos.

O PUP pode ser complementado por instrumentos de gestão, que são elaborados conforme a demanda da unidade, tais como: programa de monitoramento da visitação, protocolo de gestão de segurança, protocolo operacional de visitação, projeto de manejo de trilhas, projeto de sinalização, contrato de concessão, autorizações, entre outros que, após aprovados, são automaticamente incorporados ao portfólio de planejamento. Havendo a necessidade de normas de uso público, elas deverão ser tratadas em instrumento de gestão denominado portaria normativa específica da UC (Portaria ICMBio nº 01/2020).

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO**

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO**

#### **2.1.1 DADOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS**

O Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha - PARNAMAR Fernando de Noronha, está localizado na costa nordeste do Brasil, no arquipélago homônimo, constituído por 20 ilhas e ilhotas. Abrangendo uma área de 26 km<sup>2</sup>, o parque encontra-se a 360 km de Natal (RN) e 545 km de Recife (PE). Suas coordenadas geográficas situam-se entre 3°45' - 3°56' de latitude S e 32°20' - 32°30' de longitude W.

A ilha principal é a única habitada com extensão de 17km<sup>2</sup>. Já em relação as ilhas secundárias as maiores são a ilha da Rata, ilha do Meio, sela Gineta, ilha Rasa, São José e ilha do Frade.

Devido a sua posição geográfica, o arquipélago foi uma das primeiras terras a serem avistadas no novo mundo. Sua descoberta é atribuída à Américo Vespúcio, que em 1503, após o naufrágio de uma de suas embarcações, se abrigou no arquipélago. Como financiador da viagem, Fernão de Loronha ganhou a região a título de doação devido a descoberta. Foi assim a primeira capitania hereditária do Brasil, mesmo sem ser ocupada. No século VXII houve invasões tanto holandesa quanto francesa, forçando Portugal a ocupar a ilha de forma definitiva. A ilha foi utilizada como prisão política durante o Império brasileiro, onde foram mantidos prisioneiros importantes, incluindo líderes da Revolução Pernambucana de 1817. Durante o século XIX, a ilha foi abandonada diversas vezes devido à falta de recursos. Durante o século XX, Fernando de Noronha passou por uma série de transformações significativas. Em 1938, o governo brasileiro estabeleceu uma colônia penal na ilha, onde prisioneiros políticos e criminosos eram enviados para cumprir suas penas. Esta prisão foi fechada em 1942, após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, quando a ilha foi transformada em Território Federal, e também foi implantado um Destacamento Militar e acolhida uma Base da Marinha de Guerra dos Estados Unidos. O Território Federal foi extinto em 1988, mesmo ano da criação do PARNAMAR.

### **2.1.2 Relevo, clima e hidrografia**

O relevo do arquipélago de Fernando de Noronha é caracterizado por três formas básicas – as planícies, os planaltos e os altos topográficos mais íngremes. A formação Quixaba caracteriza-se por planaltos de topos suaves limitados por íngremes paredões retilíneo que despencam para o mar, formando pequenos degraus, enquanto a formação Remédios apresenta uma planície central de onde saem os grandes altos da Ilha, como o morro do pico com 321m de altura, a mais alta elevação do arquipélago.

Fernando de Noronha apresenta um clima tropical, com estação seca bem definida, com variações de temperatura anual entre 23,5°C e 31,5°C e com amplitude térmica 4,1°C. São características fortes chuvas, no período de fevereiro a julho, e pelo regime de semiaridez, nos demais meses.

Em função das pequenas bacias hidrográficas da região, o arquipélago possui baixa capacidade de retenção de água, agravada pelas épocas de estiagem. Por isso, há apenas riachos temporários como o rio Mulungu na praia do cachorro, o córrego do Atalaia na praia

que dá seu nome, além do riacho Maceió, que alimenta a barragem do Xaréu, fonte de abastecimento da população local.

### 2.1.3 Bioma, flora e fauna local

A vegetação é caracterizada como subxerófila e atualmente se encontra muito degradada, resultado dos impactos ao longo dos mais de 500 anos de intervenção humana, divergindo consideravelmente dos seus atributos biofísicos originais. A maior parte das espécies possui estrato arbustivo e herbáceo, sendo, em sua maioria, de origem exótica, das quais muitas atuam com comportamento invasor. Podemos encontrar espécies endêmicas (espécie de ocorrência restrita a uma região) como o Xique-xique (*Cereus insularis*) e a Gameleira de Noronha (*Ficus noronhae*), árvores nativas de extrema relevância para a fauna local como o Mulungu (*Erythrina velutina*) e a Burra leiteira (*Sapium argutum*) e também espécies frutíferas exóticas com grande relevância para a população local como o cajueiro (*Anacardium occidentale*) e a cajazeira (*Spondias mombin*).

Em geral, as ilhas oceânicas apresentam fauna terrestre peculiares se comparadas com a área continental mais próxima. Fernando de Noronha abriga uma grande variedade de espécies ameaçadas e endêmicas. Embora a maioria das espécies de vertebrados terrestres sejam exóticas, há a presença de algumas espécies endêmicas como a cobra-de-duas-cabeças (*Amphisbaena ridleyi*), a Mabuia (*Trachylepsis atlantica*) e o Carangueijo-amarelo (*Johngarthia lagosma*).

Quando se trata de fauna marinha, é notório o alto grau de biodiversidade devido a variedade de habitats e vasta cobertura recifal. Além de peixes, moluscos, corais, cnidários e esponjas, podemos citar o Golfinho-rotador (*Stenella longirostris*) como uma espécie representativa da ilha.

Outra espécie representativa da fauna marinha são as tartarugas marinhas. Fernando de Noronha é local de reprodução de desova da Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*) além de ser também área de alimentação, crescimento e repouso para juvenis desta espécie e da Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*).

O arquipélago possui a maior riqueza de aves marinhas do país, contabilizando mais de 80 espécies observadas, com destaque para as espécies ameaçadas de extinção como o mumbero-de-pé-vermelho (*Sula sula*), a Pardela-de-asa-larga (*Puffinus lherminieri*), o Rabo-

de-junco-de-bico-vermelho (*Phaethon aethereus*) e o Rabo-de-junco-do-bico-amarelo (*Phaethon lepturus*), símbolo do Parque.

Também é válido destacar a presença de duas espécies de aves ameaçadas de extinção que só existem em Fernando de Noronha, conhecidas como o Sebito-de-Noronha (*Vireo gracilirostris*) e a Cocoruta (*Elaenia ridleyana*).

#### **2.1.4 Caracterização Socioeconômica**

Fernando de Noronha é um Distrito Estadual, conforme disposto na Constituição Estadual, com autonomia administrativa e financeira. O Distrito exerce jurisdição sobre a área territorial do arquipélago, incorporando competências estaduais e municipais, bem como poderes administrativos e de polícia próprios de ente público (ATDEFN, 2024).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), a população de Fernando de Noronha em 2022 era de 3.167 habitantes, com uma densidade demográfica de 170,19 hab./km<sup>2</sup>. Essa população é remanescente de diversos regimes administrativos implantados no arquipélago ao longo do tempo (ATDEFN, 2024).

Em 2021, o salário médio mensal atingiu 2,2 salários-mínimos, posicionando o Distrito Estadual em primeiro lugar em Pernambuco, com uma taxa de ocupação da população economicamente ativa de 87,61% (IBGE, 2024). O setor de turismo desempenha um papel fundamental na economia local, como evidenciado pelos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do SEBRAE (2024), onde os setores de Alojamento, Alimentação e Comércio Varejista se destacam, demonstrando a relevância do turismo para o desenvolvimento econômico do arquipélago.

Em 2010, o Distrito Estadual alcançou uma taxa de escolarização de 100% para crianças de 6 a 14 anos, liderando tanto a classificação estadual quanto nacional entre os municípios. Em 2021, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos iniciais e finais do ensino fundamental na rede pública foi de 7 e 6,2, respectivamente. Desta forma o município manteve posições destacadas no estado de Pernambuco (IBGE, 2024). O arquipélago dispõe de infraestrutura educacional, incluindo um centro de educação infantil, uma escola de ensino fundamental e médio e um polo da Universidade Aberta do Brasil.

A infraestrutura de saúde inclui um hospital, uma unidade de saúde da família e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). No entanto, um desafio enfrentado é a dependência do continente para mão de obra especializada e insumos, impondo uma logística complexa ao setor de saúde (ATDEFN, 2024).

### **2.1.5 Infraestrutura**

É interessante pontuar que, embora o destino turístico apresente peculiaridades de um ambiente insular, a infraestrutura urbana de Fernando de Noronha se compara à de muitas outras cidades. Nesse contexto, Fernando de Noronha possui estrutura para atender tanto visitantes quanto servidores e moradores graças a presença de um hospital e posto de saúde conveniados ao SUS, escolas, companhia de energia elétrica, estações de abastecimento de água e tratamento de efluentes, usina de tratamento de resíduos sólidos, porto, aeroporto, bancos, estrutura de comunicação, mercado, lojas, museus, rede de hotelaria e hospedagem, restaurantes, operadoras locais de turismo e transporte terrestre. Vale ainda destacar o sistema de mobilidade urbana da ilha, composto pela BR 363, com seus 7,9km cortando a região de ponta a ponta, além de uma malha viária contígua de 25km. Em 2024 está em curso um novo estudo para avaliar a capacidade de suporte de moradores e turistas no arquipélago, considerando a infraestrutura citada e as condições ambientais da ilha.

## **2.2 Importância turística nos roteiros nacionais e internacionais:**

As belezas cênicas, biodiversidade e a gama de possíveis experiências presentes na ilha, aliadas à infraestrutura local torna o arquipélago um destino fácil e atraente para roteiros nacionais e internacionais.

### **2.2.1 Evolução da atividade turística em Fernando de Noronha**

O turismo em Fernando de Noronha tem início nas décadas de 1960 e 1970 com a adaptação de estruturas militares no Bairro do Boldró para a Pousada Esmeralda, dando origem ao primeiro meio de hospedagem da ilha, o qual passou a receber civis a partir de 1969 (Lins e Silva, 2013). Em 1974, a Transbrasil inaugurou sua primeira linha regular de voos operando nos finais de semana para Noronha (Cordeiro & Gomes, 2016).

Esse período marca o início de desenvolvimento turístico de Noronha pois, além da estrutura de hospedagem é registrada uma mudança de mentalidade sobre a finalidade do

arquipélago, que deixa de ser pensado unicamente em termos de segurança nacional (presídio ou base militar) para acolher outras possibilidades, nomeadamente o turismo. Esse entendimento amadureceu ao longo da década de 1970 e encontrou efetivos desdobramentos em meados dos anos 1980. (Cordeiro et. Al. 2018).

Em 1986, o turismo ainda era incipiente e com infraestrutura de lazer e hospedagem precárias, mas passou a receber atenção de órgãos ligados ao turismo, como a EMBRATUR, para avaliar as condições do arquipélago para sustentar fluxos de visitação mais significativos (Lins e Silva, 2013; Cordeiro et. Al. 2018). Resultado disso foi o Plano Diretor de Desenvolvimento para o Território de Fernando de Noronha de 1986, que direcionava a implantação de uma série de estruturas para crescimento turístico de larga escala, incluindo a construção de hotéis.

A partir de 1988 a ilha deixa de ser território federal, volta a ser administrada pelo estado de Pernambuco, passa a ter administração civil e as ações para o turismo iniciadas nos governos militares são suspensas. Em 1989 surge a Taxa de Preservação Ambiental (TPA), um tributo cobrado de todos aqueles que estivessem em visita turística ao arquipélago, e este seria o início de um novo momento para o desenvolvimento do turismo de Fernando de Noronha (Cordeiro et. Al. 2018).

A partir da década de 1990, houve um aumento significativo no número de residentes fixos em Fernando de Noronha, muitos dos quais investiram e se envolveram na indústria turística. Esse período inicial foi caracterizado pela falta de planejamento para o crescimento turístico e por conflitos entre antigos e novos moradores. Após essa fase, observou-se o surgimento de diversas pousadas, tanto formais quanto informais, o que contribuiu para o aumento do número de visitantes e, conseqüentemente, uma mudança no perfil dos meios de hospedagem, adaptando-se cada vez mais às demandas de um mercado de luxo. O mesmo fenômeno ocorreu no setor de restaurantes e no comércio de forma geral, conduzindo a um aumento dos preços dos produtos e no custo de vida, que já era elevado devido à condição insular. Além disso, a especulação imobiliária tornou-se uma realidade, levando muitos ilhéus a arrendarem suas casas para investidores externos (Cordeiro et. Al. 2018, Cordeiro et. Al. 2016).

### **2.2.2 Relevância do Turismo para economia local**

Em pequenas ilhas, como Fernando de Noronha, devido a fatores como distância do continente, tamanho reduzido, população diminuta e limitações em termos de recursos, o turismo torna-se uma opção prioritária para o desenvolvimento econômico, conforme evidenciado em destinos semelhantes, como Aruba, Ibiza, Seychelles, Ilha de Páscoa, Galápagos entre outras (UNWTO, 2004, Körössy, 2007; Apostolopoulos & Gayle, 2002, Paixão et al, 2021).

Pesquisas, como as de Dwyer e Forsyth (1997), destacam o impacto econômico significativo do turismo em economias insulares, sendo frequentemente a principal força motriz por trás de suas economias. O estudo de Hampton e Christensen (2007) destaca que a contribuição do turismo para o PIB de destinos insulares pode variar entre 20% e 50%, enquanto em casos como Maldivas, Anguilla e Ilhas Cayman, essa proporção pode ser ainda maior, chegando a 71,7%.

Não foram encontrados dados sobre a contribuição do turismo no PIB de Fernando de Noronha, mas a economia de Fernando de Noronha está majoritariamente organizada para atendimento ao turismo. Conforme dados da Receita Federal, disponibilizados por SEBRAE (2024) as divisões econômicas com maior número de empresas em Fernando de Noronha foram Alojamento (261 estabelecimentos - 25%), Comércio Varejista (137 estabelecimentos - 13%), e Alimentação (131 estabelecimentos - 13%), Agências de Viagem, operadores turísticos e serviços de reserva (120 estabelecimentos - 13%), podendo destacar também aluguel e gestão de ativos intangíveis, que podem representar o setor de condução de visitantes (66 cadastros - 6%), seguidos por serviços pessoais (32 cadastros - 3%), transporte terrestre (31 cadastros - 3%) e transporte aquaviário (31 cadastros - 3%). Estima-se que 95% da população local depende direta ou indiretamente do turismo (Dourado, 2020). Assim, o turismo não apenas representa uma fonte significativa de receita para Fernando de Noronha, mas também desempenha um papel crucial na subsistência da comunidade local.

### **2.2.3 Fernando de Noronha como destino turístico consolidado**

Fernando de Noronha tem como órgão estadual responsável pelo turismo a Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos – EMPETUR. Além disso, a

administração distrital conta com um Superintendente de Turismo, Cultura e Esporte. A ilha também possui um Conselho Municipal de Turismo ativo desde 2013 (MTUR, 2024).

Os principais atrativos que geram fluxo turístico em Fernando de Noronha são naturais, destacando-se: 16 praias, mais de 20 pontos de mergulho e mais de 10 trilhas. Tem destaque também o relevante patrimônio histórico, com destaque ao sistema de fortificações. Além disso, eventos como o HangLoose Pro Contest (mundial de surf), a Festa de São Pedro, o Aniversário da Ilha, a REFENO - Regata Internacional Recife/Fernando de Noronha, a Meia Maratona 21k e o Réveillon são importantes para o turismo local. Entre as edificações tombadas com interesse turístico, destacam-se o Forte N. S<sup>a</sup> dos Remédios e a igreja N. Sr<sup>a</sup> dos Remédios (MTUR, 2024, ATDEFN 2024).

No que diz respeito ao planejamento e governança do turismo, Noronha faz parte do programa de regionalização do turismo como a Região Turística História e Mar. A ilha é contemplada com alguns programas do Ministério do Turismo, como os Programas de Qualificação “De braços abertos” e “Gestor de Turismo”, além de integrar o Programa de Regionalização do Turismo – Mapa do Turismo Brasileiro – MTur. De acordo com informações do MTur, existem 177 meios de hospedagem com 2.229 leitos empregando mais de 600 pessoas de forma direta, sendo o período de maior fluxo turístico de julho a janeiro. O acesso à ilha é feito principalmente pelo aeroporto Governador Carlos Wilson Campos, com voos regulares. Os sistemas de transporte existentes incluem transporte rodoviário coletivo de passageiros, organização de excursões em veículo próprio, serviços de táxi e aluguel de automóveis (MTUR, 2024).

No cenário nacional, o Ministério do Turismo criou categorias para agrupar os municípios brasileiros de acordo com o desempenho de suas economias no setor do turismo. Essas categorias são estabelecidas com base em cinco variáveis específicas e servem para auxiliar na tomada de decisões, implementação de políticas públicas e gestão do turismo em cada município. As variáveis utilizadas são: quantidade de estabelecimentos de hospedagem; quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem; quantidade estimada de visitantes domésticos; quantidade estimada de visitantes internacionais e; arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem. Fernando de Noronha está classificado na categoria B, apresentando razoável desempenho nos fatores avaliados e colocando o Distrito Estadual em uma posição de destaque, uma vez que somente 2,15% dos destinos

turísticos estão na categoria A e 8,83% estão na categoria B. Na categoria A encontram-se capitais e municípios com grande fluxo turístico, como Recife-PE, Maceio - AL e Salvador - BA (MTUR, 2024)

De acordo com Thery (2014), Noronha destaca-se como o principal destino dos sonhos dos brasileiros e também está entre os destinos mais atraentes para famílias como maior renda. Em 2023 foi o destino mais procurado na revista Viagem em Pauta (Terra, 2024) e recebeu o prêmio de “Melhor Destino de Praia do Brasil” da revista especializada Viagem e Turismo (Folha de Pernambuco 2023). A praia da Baía do Sancho foi eleita por turistas como a melhor do mundo para viajar em 2023, segundo o site de viagens Tripadvisor (Tripadvisor 2023).

### **2.3 Caracterização da unidade de conservação**

Em 14 de setembro de 1988, o Decreto nº 96.693 criou o do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Com base no art. 1º, o PARNAMAR/FN tem como objetivo proteger amostra representativa dos ecossistemas marinhos e terrestres do arquipélago, assegurando a preservação de sua fauna, flora e demais recursos naturais, proporcionando oportunidades controladas para visitação, educação e pesquisa científica e contribuindo para a proteção de sítios e estruturas de interesse histórico-cultural porventura existentes na área.

Com uma área representativa de 70% da ilha principal e área marinha que se estende até a profundidade de 50m abaixo do nível do mar, contemplando todas as suas ilhas secundárias, possui uma área de 112,7km<sup>2</sup> com um perímetro de 60km (Mapa de Localização – Anexo - I) .

#### **2.3.1 Outras iniciativas de proteção**

O local também conta com duas iniciativas internacionais de proteção: (i) desde 2001 é reconhecido como Sítio do Patrimônio Mundial Natural, que protege áreas consideradas excepcionais do ponto de vista da diversidade biológica e da paisagem (Unesco, 2023); desde 2018 é reconhecido como Sítio Ramsar por possuir o único manguezal oceânico do Atlântico Sul, ser refúgio de espécies endêmicas, ser considerado pelo Ministério do Meio Ambiente com área de extrema importância para conservação de aves marinhas, por servir de refúgio

para espécies de peixes endêmicas do Brasil e endêmicas do próprio arquipélago, servir de refúgio e área de reprodução de golfinhos (Ramsar, 2023)e; (iii) Além disso, devido sua origem vulcânica e características geológicas especiais é uma área com grande potencial para integrar a Rede Global de Geoparques (Moreira, et. Al, 2021).

### 2.3.2 Dados da visitação do PARNAMAR Noronha e perfil do visitante

O número de visitantes no PARNAMAR cresceu significativamente nas últimas três décadas, passando de aproximadamente 20 mil visitantes em 1995 para cerca de 120 mil visitantes nos últimos 3 anos. Observam-se dois períodos de crescimento acelerado: entre 1999 e 2002 e nos últimos 8 anos, nos quais a visitação aumentou continuamente, indo de aproximadamente 60 mil visitantes em 2013 para os atuais 120 mil, excluindo 2020, ano em que o parque foi fechado devido à pandemia de COVID-19 (Figura 1) .

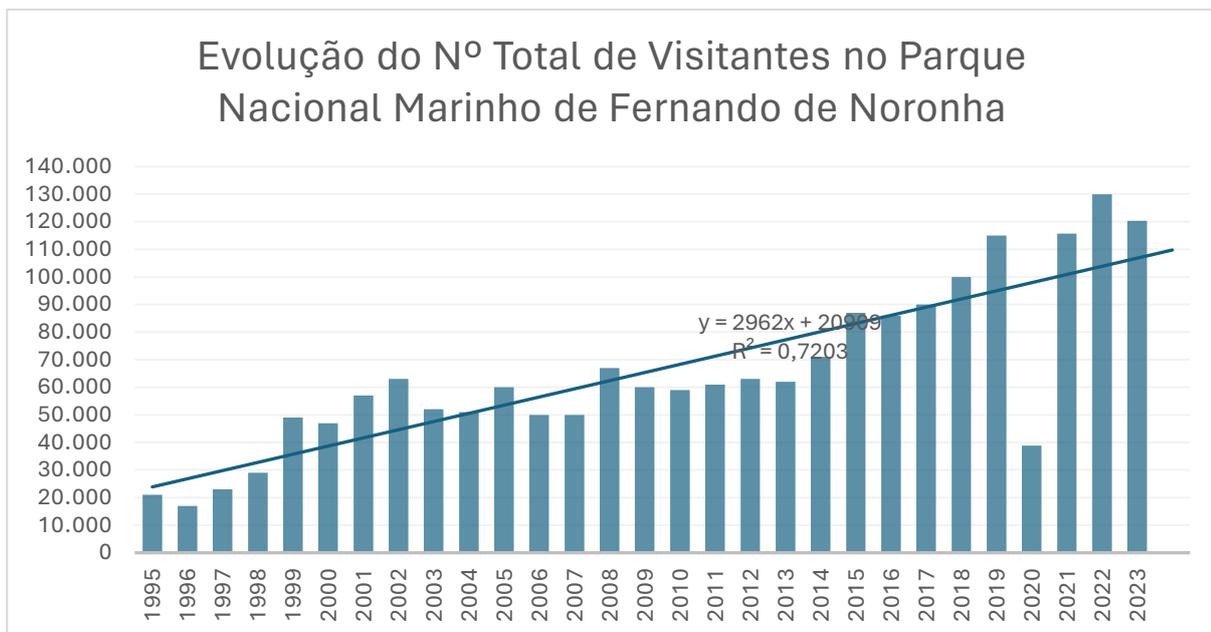


Figura 1- Evolução do número de visitantes no Parque Nacional Marinho de Fernando e Noronha.

Ao analisarmos os dados de acesso ao parque desde 2013 a grande maioria dos visitantes são brasileiros, sendo que os estrangeiros representaram aproximadamente 7% do total de visitantes, observando que este percentual oscila ao longo do ano.

De acordo com dados da ATDEFN, os visitantes vêm, principalmente, das regiões Sudeste e Nordeste. São Paulo se destaca como o maior emissor nacional, seguido por Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais. Entre 2022 e 2023 os cinco maiores emissores de

visitantes estrangeiros para o parque, em ordem, foram Estados Unidos, Argentina, Itália, França e Alemanha.

Conforme dados da ATDEFN, em 2021 o tempo médio de permanência dos visitantes em Fernando de Noronha era de 5,2 dias. As pesquisas de satisfação do parque realizadas em 2023 também constataram que a maior parte dos visitantes permanecem em Noronha entre 5 e 6 dias, mostrando que o tempo médio de permanência se mantém estável.

De acordo com as pesquisas de satisfação de 2023 (SEI 17796391), observou-se que a faixa etária predominante dos visitantes do parque está entre 26 e 45 anos, e a maioria viajava em casal. Além disso, notou-se um aumento gradual e constante no número de pessoas que visitam Noronha em família desde 2022. A maioria dos entrevistados estava visitando Noronha pela primeira vez e cerca de 90% dos visitantes tinham conhecimento prévio do parque. É importante ressaltar que, em geral, esses visitantes avaliam positivamente a preservação e a gestão ambiental do parque.

### **3 PLANEJAMENTO**

#### **3.1 Oficina de planejamento do uso público**

A oficina de planejamento do uso público foi realizada entre os dias 5 e 8 de dezembro de 2023, com o objetivo de elaborar de forma participativa os componentes estratégicos do Plano de Uso Público do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha. Durante a oficina, foram identificadas as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do parque (matriz SWOT). Além disso, foram elaboradas diretrizes para orientar o uso público, desenvolvida uma visão de futuro para os próximos 10 anos e priorizadas as atividades e ações estratégicas para a implementação da visitação no parque.

O Guia do Participante da oficina foi compartilhado de forma digital, com o objetivo de fornecer os subsídios necessários para a realização da oficina, incluindo documentos de leitura prévia como o Plano de Manejo e estudos anexados, o Protocolo Operacional da Visitação e a proposta do Rol de Oportunidades de Visitação do PARNAMAR.

O primeiro momento da oficina ocorreu no dia 5 de dezembro de 2023, com a participação da equipe do NGI Noronha, visando gerar alinhamento interno e maior participação dos servidores do instituto. Com a participação de 17 servidores e colaboradores,

a oficina interna incluiu alinhamentos sobre o cronograma da Oficina, apresentação do ROVUC e discussões sobre as áreas de visitação no parque, além da seleção e aprimoramento da proposta de diretrizes para o uso público e visitação. As diretrizes resultantes desta etapa serviram de subsídios para a atividade da etapa posterior.

Entre os dias 6 e 8 de dezembro de 2023, foi realizada a oficina com a participação de 29 representantes da sociedade civil, gestores públicos e representantes de setores relacionados ao turismo, pesquisa, conservação e gestão da UC, além de representantes da comunidade Noronhense.

Esta etapa foi organizada em momentos que incluíram boas-vindas e integração entre os participantes, nivelamento sobre o contexto do uso público no parque, apresentação e ajustes do ROVUC, matriz SWOT, elaboração da Visão de Futuro, além da construção das diretrizes a partir de documento base.

Posteriormente foi realizada uma nova rodada de oficina interna com a equipe do NGI Noronha para a priorização das atividades e detalhamento das ações estratégicas voltadas para a visitação no parque.

### **3.2 Oportunidades e desafios (matriz SWOT)**

A matriz SWOT é uma ferramenta de análise utilizada para identificar as forças (*strengths*), fraquezas (*weaknesses*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*). A utilização dessa ferramenta teve como objetivo observar o ambiente interno e externo do uso público do parque, auxiliando na formulação de estratégias e ações. A seguir o resultado da matriz elaborada durante a oficina.

	<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<b>Fatores internos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Delegações de serviço (autorizações e concessão);</li> <li>• Boas condições para a prática de mergulho autônomo ao longo de todo o ano;</li> <li>• Capacidade operacional do ICMBio;</li> <li>• Maturidade de gestão da equipe do parque;</li> <li>• Equipe de gestão atuante no uso público;</li> <li>• Acordo de gestão entre governo federal e estadual;</li> <li>• Diversidade de atrativos de visitação;</li> <li>• Diversidade de experiências de visitação;</li> <li>• Potencial de interpretação ambiental;</li> <li>• Visitação na ilha Rata;</li> <li>• Possibilidades de novos atrativos de visitação: geológico, astronômico, etc;</li> <li>• Boa condição de conservação do parque;</li> <li>• Sítios histórico-culturais;</li> <li>• Biodiversidade da ilha;</li> <li>• Potencial para atividades de educação ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fiscalização insuficiente;</li> <li>• Falta de transparência entre as partes;</li> <li>• Falta de Renovação/transição do corpo técnico do ICMBio;</li> <li>• Esclarecimento na diferença das UC - PARNA e APA insuficiente;</li> <li>• Acessibilidade insuficiente;</li> <li>• Monitoramento e manejo das trilhas insuficiente;</li> <li>• Acesso inadequado à praia do Sancho (escada);</li> <li>• Dificuldade para inovações;</li> <li>• Sensibilidade ambiental do arquipélago;</li> <li>• Informalidade na prestação de serviços dentro do parque;</li> <li>• Precariedade dos processos de delegação na modalidade autorização;</li> <li>• Incompatibilidade entre o ordenamento e número de visitantes;</li> </ul>
	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<b>Fatores externos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oficialização do Geoparque;</li> <li>• Títulos - Unesco, reserva biosfera, IBA;</li> <li>• Autorização dos receptivos junto ao Parque;</li> <li>• Tecnologias e inovações;</li> <li>• Perfil dos visitantes;</li> <li>• Gestão integrada;</li> <li>• Acordo entre Estado e Governo Federal - ordenamento áreas urbanas;</li> <li>• Existência da APA;</li> <li>• Comunidade;</li> <li>• Interação com as escolas;</li> <li>• Pesquisas e cursos para a comunidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento desordenado da APA;</li> <li>• Massificação do turismo na APA;</li> <li>• Mudança de perfil dos visitantes;</li> <li>• Desinformação sobre o destino ecoturístico;</li> <li>• Grandes empreendimentos;</li> <li>• Impactos ambientais na APA;</li> <li>• Distúrbios antrópicos na APA;</li> <li>• Má política;</li> <li>• Falta de ensino profissionalizante.</li> </ul>

### 3.3 Visão de futuro

A visão de futuro representa um conceito norteador, com o propósito de inspirar e orientar a gestão da unidade sobre o futuro que se almeja alcançar com a implementação do plano de uso público. A visão de futuro do uso público do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha foi construída de forma participativa durante a Oficina de planejamento. Para sua elaboração foram formados 4 grupos de trabalho. O trabalho de síntese e aprovação da versão final da Visão de Futuro foi realizada na plenária da Oficina.

## VISÃO DE FUTURO:

*“Por meio da força natural insular, suas histórias, paisagens incríveis e poéticas, o PNMFN conecta as pessoas com a biodiversidade e com a comunidade Noronhense, garantindo a sustentabilidade e promovendo imersão e felicidade com a diversidade de experiências transformadoras, hospitalidade, acessibilidade, segurança e conservação da natureza.”*

### 3.4 DIRETRIZES DO USO PÚBLICO

As seguintes diretrizes foram estabelecidas para orientar o desenvolvimento e a implementação da visitação no PARNAMAR de Fernando de Noronha com o propósito de garantir a conservação da biodiversidade, a oferta de experiências de visitação de qualidade e a valorização da cultura e do modo de vida local. Todas as diretrizes foram discutidas e revisadas durante a oficina, primeiramente em grupos e depois em plenária.

#### 3.4.1 DIRETRIZES SOCIAIS

- I. Estabelecer a participação social como pilar no desenvolvimento do uso público, envolvendo os diversos atores relacionados no processo de planejamento operacional da visitação, garantindo uma abordagem colaborativa e aberta;
- II. Valorizar a cultura e história local nas ações de uso público;
- III. Promover ações que gerem benefícios socioeconômicos, ambientais, educacionais e culturais diretos para a comunidade de Fernando de Noronha;

#### 3.4.2 DIRETRIZES GERAIS

- IV. Considerar a expectativa dos visitantes e a qualidade da experiência ofertada no manejo e a diversificação das oportunidades de uso público;
- V. Estabelecer e manter um sistema flexível de gestão do uso público, possibilitando adaptações contínuas com base nos resultados do monitoramento da visitação, conforme as orientações e métodos institucionais vigentes;
- VI. Atualizar continuamente os instrumentos de gestão e outras orientações para implementação do Uso Público como o Protocolo Operacional da Visitação (PROV) e o Programa de Capacitação de Condutores, com base nos dados do monitoramento da visitação;
- VII. Integrar o monitoramento e o manejo da visitação a outras áreas temáticas, incluindo a pesquisa, o manejo de espécies exóticas, a fiscalização, a educação ambiental, visando uma abordagem sinérgica e abrangente;

- VIII. Monitorar possíveis oscilações dos elementos chave para gestão do uso público, que podem impactar as ações e resultados do planejamento, como: a disponibilidade de recursos financeiros, o número de monitores e servidores, a capacitação dos funcionários, o estado de conservação das infraestruturas e equipamentos necessários etc.;
- IX. Desenvolver atividades de visitação com objetivos educacionais que gerem oportunidades qualificadas de aprendizagem em contato com o ambiente natural, de forma planejada e monitorada;
- X. Compatibilizar a visitação com a proteção dos ecossistemas marinhos e terrestres, implementando infraestruturas e ações de manejo conforme as classes do Rol de Oportunidades de Visitação e os resultados de monitoramento dos impactos da visitação;
- XI. Direcionar esforços na gestão do uso público, por meio de programas e processos, para influenciar o comportamento dos visitantes, minimizando impactos ambientais negativos e riscos, considerando as características de cada classe do Rol de Oportunidades de Visitação;
- XII. Promover oportunidades para o engajamento dos visitantes em programas de conservação da diversidade geológica e biológica, incluindo voluntariado, monitoramento da visitação e projetos de ciência-cidadã.
- XIII. Implementar estratégias eficazes de comunicação e interpretação ambiental para sensibilizar e informar os visitantes sobre a importância da conservação e incentivar condutas adequadas durante a realização de atividades de visitação;
- XIV. Divulgar resultados do monitoramento da visitação, benefícios (ambientais, sociais e econômicos) e impactos positivos do uso público para diferentes públicos: comunidade local, regional e sociedade em geral;
- XV. Elaborar, incorporar e estimular a produção de referências técnicas e manuais específicos para atividades de observação de fauna, como aves, cetáceos, tartarugas e tubarões, que orientem sobre as melhores práticas de desenvolvimento das atividades, para resguardar o bem-estar dos animais e cumprir a legislação de proteção das espécies envolvidas;
- XVI. Incentivar a contratação de condutores de visitantes, respeitando as questões operacionais específicas de cada atrativo;
- XVII. Promover a implantação de trilhas de longo curso integrando as trilhas do parque com as trilhas da APA de Fernando de Noronha, visando a sua inclusão na Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso;
- XVIII. Quando forem estudados novos atrativos de visitação para o PARNAMAR de Fernando de Noronha, deve-se buscar ampliar a proporção de atrativos de classe prístina em relação a quantidade total de atrativos;
- XIX. Assegurar o processo de avaliação para a implantação de novos atrativos nas áreas de visitação, como trilhas e piscinas naturais, embasado em dados técnico científicos disponíveis do parque;

- XX. Novos atrativos identificados no ROVUC, que estejam em locais de patrimônio arqueológico e histórico, como Morro São José e Ilha Rata, devem ser precedidos de estudos específicos para avaliar a possibilidade de visita nessas áreas sem prejudicar este patrimônio, com manifestação do IPHAN quando couber. Estes estudos devem ocorrer antes de qualquer iniciativa relacionada aos estudos de ordenamento da visita;
- XXI. Novos atrativos identificados no ROVUC, antes da sua abertura, devem ter estudos técnicos detalhados que apontem a viabilidade ambiental, enquadramento legal, viabilidade operacional e econômica, Número Balizador da Visita, proposta detalhada de ordenamento da visita, entre outros aspectos. Estes estudos, quando concluírem pela viabilidade da abertura dos atrativos, deverão ser apresentados ao conselho consultivo do NGI Noronha para aprovação, antes da abertura dos atrativos;
- XXII. Incentivar a geração de conhecimento sobre a visita ou para qualificar o Uso Público do Parque;

### **3.4.3 DIRETRIZES PARA MERGULHO – AUTÔNOMO E LIVRE**

- XXIII. Estabelecer orientações operacionais, definições locais e melhores práticas para a realização das atividades de mergulho em instrumentos de gestão da visita (PROV, autorizações, etc), considerando os resultados do monitoramento de impactos da visita, incluindo orientações como: possibilidade de ancoragem, número de embarcações, restrições de equipamentos, orientações de percurso, pontos de mergulho autorizados, competências mínimas para condutores de mergulho, nível de certificação de visitantes, regras para atividades embarcadas, orientações sobre embarque e desembarque, tamanho dos grupos, número de grupos por dia, número de embarcações por ponto, entre outros;
- XXIV. Definir em instrumentos de gestão da visita (PROV, autorizações, etc), os pontos específicos onde será autorizada a realização de mergulho noturno e demais orientações operacionais necessárias;
- XXV. Priorizar o desenvolvimento de materiais interpretativos nas atividades de mergulho;
- XXVI. Padronizar os produtos de interpretação e sinalização nas embarcações, por meio de uma identidade visual;
- XXVII. Estabelecer o monitoramento dos impactos em áreas de mergulho autônomo e livre;

### **3.4.4 DIRETRIZES PASSEIO EMBARCADO E MERGULHO REBOCADO**

- XXVIII. Estabelecer orientações operacionais e definições locais para a realização das atividades em instrumentos de gestão da visita (PROV, autorizações, etc), incluindo melhores práticas, pontos autorizados, regras de ancoragem, uso de boias de sinalização, limites de embarcações em diferentes zonas, regras de navegação por zona (englobando velocidade, distância entre embarcações e horários de visita), características específicas das embarcações autorizadas

(considerando tipo, capacidade e motor), competências mínimas para operadores turísticos e condutores de mergulho rebocado, detalhes das rotas (incluindo horários, orientações para preleção, tempo de duração e requisitos mínimos), restrições específicas, entre outras questões operacionais;

- XXIX. Estabelecer o monitoramento dos impactos das atividades de passeio embarcado e mergulho rebocado;
- XXX. Padronizar os produtos de interpretação e sinalização nas embarcações, por meio de uma identidade visual;

### **3.4.5 DIRETRIZES PARA DELEGAÇÕES DE SERVIÇO**

- XXXI. Buscar a diversificação de parceria público-privada, com ampla divulgação, transparência e concorrência, conforme legislação e orientações institucionais vigentes, que considerem os impactos socioeconômicos e ambientais, e as especificidades da ilha;
- XXXII. Empregar todos os recursos legais à disposição para que a delegação dos serviços de visitação no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha seja destinada aos moradores locais e comunidades tradicionais, como forma de proteção social;
- XXXIII. Assegurar meios de transparência na divulgação de resultados e no cumprimento dos contratos de concessão e permissão de serviços de apoio à visitação, promovendo a publicização e prestação de contas de forma eficaz;
- XXXIV. Definir e monitorar metas estratégicas de sustentabilidade abrangendo aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos para as delegações de serviços;
- XXXV. Assegurar que a interpretação e a conservação ambiental sejam componentes a ser desenvolvido por todas as modalidades de delegação de serviço de apoio à visitação, promovendo uma abordagem educativa aos visitantes e colaboradores;
- XXXVI. Incentivar a adoção de inovações tecnológicas e práticas sustentáveis nas delegações de serviços, buscando constantemente melhorias na eficiência dos serviços, na qualidade da experiência do visitante e redução do impacto ambiental;
- XXXVII. Implementar sistemas eficientes de monitoramento e divulgação dos resultados gerados pelas delegações de serviço e da satisfação dos visitantes, garantindo uma avaliação contínua para aprimoramentos;
- XXXVIII. Promover um alinhamento das orientações entre as diferentes modalidades de delegação de serviço, visando aprimorar a experiência dos visitantes;
- XXXIX. Promover a integração e a complementariedade entre as diferentes modalidades de delegação de serviço;
- XL. Incentivar o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para simplificar o processo de compra de ingresso, agendamento e contratação de serviços, disponibilizando informações prévias sobre os atrativos e serviços;

- XLII. Incentivar a integração entre os sistemas de agendamento, compra de ingresso e contratação de serviço do parque, visando uma gestão mais eficiente e melhorar a experiência do visitante;

#### **3.4.6 DIRETRIZES PARA INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL**

- XLII. Oferecer aos visitantes uma experiência enriquecedora, visando aprofundar sua compreensão sobre o meio ambiente, suas inter-relações e proporcionando conhecimento sobre o patrimônio histórico e natural do Parque;
- XLIII. Conceber e estimular programas de interpretação ambiental e produtos relacionados, baseados em informações técnico-científicas e socioculturais, capazes de alcançar públicos diversos e provocar emoções e reações positivas para sensibilizar e informar os visitantes sobre a importância ambiental do Parque;
- XLIV. Assegurar que o Centro de Visitantes esteja integrado ao Programa de Interpretação Ambiental do Parque, buscando sinergia entre as ações e a exposição permanente;
- XLV. Estabelecer a interconexão dos instrumentos de comunicação, como site, aplicativo e redes sociais, com o Programa de Interpretação Ambiental do Parque, garantindo consistência e alinhamento nas mensagens transmitidas;
- XLVI. Assegurar a interligação eficaz do Programa de Interpretação Ambiental do Parque ao sistema de sinalização, garantindo uma comunicação consistente e eficiente;
- XLVII. Enfatizar a fragilidade dos ecossistemas costeiros e marinhos, visando sensibilizar o público sobre a importância crucial da preservação;
- XLVIII. Considerar alternativas inovadoras na elaboração de produtos interpretativos, com objetivo de serem mais inclusivas e alcançar a eficácia da comunicação;

#### **3.4.7 DIRETRIZES PARA INFRAESTRUTURA DE APOIO À VISITAÇÃO**

- XLIX. Definir as infraestruturas das áreas de visitação conforme a classe do Rol de Oportunidades da Visitação e o grau de intervenção das zonas de manejo;
  - L. Padronizar e integrar as estruturas ao ambiente natural, assegurando uniformidade arquitetônica e de materiais, dando preferência, sempre que possível, a contratação de mão-de-obra local e utilização de materiais de fácil transporte e manutenção, promovendo uma interação harmoniosa com o entorno;
  - LI. Padronizar o sistema de sinalização e interpretação para trilhas e atrativos, de acordo com as orientações institucionais vigentes, considerando as especificidades da Ilha;
  - LII. Planejar e implementar as infraestruturas das áreas de visitação, de maneira a minimizar o impacto ao ambiente e aprimorar a qualidade da visitação, buscando garantir a acessibilidade conforme as classes do Rol de Oportunidades da Visitação e o grau de intervenção das zonas de manejo;

### 3.4.8 DIRETRIZES PARA A GESTÃO DE SEGURANÇA

- LIII. Informar aos visitantes, de forma eficaz, sobre os riscos e perigos inerentes dos ambientes naturais e das atividades de visitação que podem ser desenvolvidas no Parque. Sempre que necessário fazer comunicações específicas e sinalizar em campo os atrativos com maior risco de incidentes e acidentes;
- LIV. Compatibilizar o grau de exposição ao risco do visitante com as diferentes classes de experiência da visitação, observando as limitações legais das áreas concessionadas;
- LV. Informar aos operadores de serviços, autorizados, permissionários e concessionários sobre sua corresponsabilidade pela gestão de segurança e resposta a acidentes e incidentes, conforme normas institucionais vigentes;
- LVI. Promover e incentivar pesquisas e estudos que aprimorem o mapeamento e a gestão de segurança da visitação do Parque;
- LVII. Restringir a exposição ao risco somente em casos excepcionais e mediante justificativa técnica, conforme orientações institucionais;
- LVIII. Promover medidas de mitigação de riscos geológico, considerando as características do arquipélago de Fernando de Noronha, desde que seja compatível com a conservação ambiental e do patrimônio geológico-histórico-cultural;
- LIX. Determinar que os prestadores de serviços de apoio à visitação, por meio de autorização ou permissão, atendam ao Protocolo de Gestão de Segurança da Visitação – PGSV do parque;
- LX. Garantir que as concessionárias apresentem e executem um Sistema de Gestão de Segurança - SGS, de acordo com a ABNT NBR ISO 21101 e suas atualizações, abrangendo todas as atividades e serviços concessionados, conforme as normas institucionais vigentes;
- LXI. Valorizar no processo de delegação de serviço as operadoras de mergulho, empresas de passeio náutico e receptivos turísticos que possuam Sistema de Gestão de Segurança – SGS próprios, em conformidade com a ABNT NBR ISO 21101 e suas atualizações e Lei Geral do Turismo;
- LXII. Buscar maneiras de interligar o PGSV e os SGSs dos prestadores de serviço, promovendo o compartilhamento de uma base comum de informações e avaliações;
- LXIII. Ordenar e viabilizar os procedimentos e infraestruturas (acessos, vias, etc) para facilitar as ações de resgate e atendimento pré-hospitalar nas áreas de visitação, mediante avaliação de sensibilidade ambiental.

## 4 ÁREAS DE VISITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS (ROVUC)

O PARNAMAR oferece uma variedade de atrativos aos visitantes, incluindo praias, trilhas, mirantes, sítios históricos, pontos de mergulho, entre outros, distribuídos em 12 Áreas

de Visitação (AV) ao longo do arquipélago: AV Golfinho-Sancho, AV Baía dos Porcos, AV Leão, AV Sueste, AV Atalaia, AV Capim-Açu, AV Abreus, AV Morro São José, AV Caieiras, AV Ilha Rata, AV Mar de Dentro e AV Mar de Fora.

Cada AV possui um conjunto específico de atrativos, que englobam elementos naturais, históricos e culturais de interesse para os visitantes. Esses atrativos foram caracterizados e classificados de acordo com os parâmetros do Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC, Portaria nº 1148/2018), estabelecendo assim a classe de experiência para orientar a implementação das ações de manejo e as infraestruturas adequadas para o uso público nesses locais.

#### **4.1 AV GOLFINHO - SANCHO:**

A AV Golfinho-Sancho, localizada na região da quixaba do arquipélago de Fernando de Noronha, é acessada através do Posto de Informação e Controle (PIC) Golfinho-Sancho, onde é verificado a validade do ingresso individual. Nesta AV está localizada a praia do Sancho, eleita repetidamente a praia mais bonita do Brasil e considerada a melhor praia do mundo para visitar. A área conta com passarelas suspensas na maior parte dos trechos, o que permite o acesso aos mirantes da baía, inclusive para pessoas com mobilidade reduzida. O acesso à praia é realizado por uma escada de marinho, com intervalos definidos para subida e descida. A AV Golfinho-Sancho conta com cinco atrativos distintos: a trilha da Baía dos Golfinhos, a trilha Golfinho-Sancho, a trilha do Sancho, a trilha do Mirante dos 2 Irmãos e a própria praia do Sancho, cada um oferecendo diferentes experiências aos visitantes.

##### **4.1.1 Trilha Baía dos Golfinhos:**

A trilha percorre uma passarela suspensa com cerca de 900m, que tem início no PIC do Sancho, onde o visitante pode ter contato com a fauna e flora local. O destino final do trajeto é o Mirante da Baía dos Golfinhos, localizado na encosta com vista ampla para a baía. O mirante conta com uma estrutura de quiosque e bancos utilizados tanto pelos visitantes como equipe do Projeto Golfinho Rotador, que realiza a observação e o monitoramento diário dos golfinhos que cruzam a região.

Atividades potenciais e compatíveis	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
-------------------------------------	-----------------------	----------------	--------------	--

Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, caminhada, corrida.	Alimentação, aluguel de equipamentos, <i>souvenirs</i> , condução de visitantes e educação ambiental.	Zona de Uso Especial	Seminatural	Famílias, grupos, excursão, caminhantes, observadores de aves/ fauna, visitantes com baixa mobilidade, visitantes com interesse científico.
---	---	----------------------	-------------	---

#### 4.1.2 Trilha Golfinho-Sancho:

A trilha possui uma extensão total de 1100m e pode ser acessada a partir do mirante da enseada dos golfinhos ou pela área adjacente a escada de descida para a praia do Sancho. É a única trilha da AV com substrato de terra batida, com a presença de pequenas pedras soltas e raízes de árvores expostas ao longo da trilha. O trajeto possui 3 mirantes, construídos com madeira ecológica, para a contemplação da paisagem. É comum encontrar grupos de pesquisa e observação de aves ao longo do trajeto.

Atividades potenciais e compatíveis	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves/cetáceos, caminhada, corrida.	Alimentação, aluguel de equipamentos, <i>souvenirs</i> , condução de visitantes e educação ambiental.	Zona de Uso Especial	Seminatural	Famílias, grupos, excursão, caminhantes, observadores de aves/ fauna/cetáceos, visitantes com baixa mobilidade, visitantes com interesse científico.

#### 4.1.3 Trilha do Sancho

O acesso é feito pelo PIC do Sancho e segue por uma passarela suspensa com aproximadamente 600m de extensão até a estrutura do mirante e a escada para descida e subida da praia do Sancho.

Atividades potenciais e compatíveis	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, caminhada, corrida.	Alimentação, aluguel de equipamentos, condução de visitantes e educação ambiental.	Zona de Uso Especial	Seminatural	Famílias, grupos, excursão, caminhantes, observadores de aves/ fauna, visitantes com baixa mobilidade, visitantes com interesse científico.

#### 4.1.4 Trilha do Mirante dos Dois Irmãos

A trilha se inicia na área onde está localizada a escada para descer à praia do Sancho, até a chegada ao mirante, percorrendo uma passarela suspensa com 200m de trajeto. O mirante fica localizado em uma área de encosta, com uma visão privilegiada do morro dois irmãos, da baía dos porcos e de algumas praias da APA de Fernando de Noronha, localizadas fora do parque.

Atividades potenciais e compatíveis	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
-------------------------------------	-----------------------	----------------	--------------	--

Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, caminhada, corrida.	Alimentação, aluguel de equipamentos, condução de visitantes e educação ambiental.	Zona de Uso Especial	Seminatural	Famílias, grupos, excursão, caminhantes, observadores de fauna/aves, visitantes com baixa mobilidade, visitantes com interesse científico.
---	--	----------------------	-------------	--

#### 4.1.5 Praia do Sancho:

É um dos locais mais visitados do arquipélago de Fernando de Noronha. O local é composto por um paredão rochoso ao longo de toda a parte de trás da praia, contendo pontos de mergulho livre em ambos os cantos da faixa de areia e uma cachoeira formada nos períodos chuvosos. O acesso à praia é realizado por uma escada vertical de mão única, com aproximadamente 30 degraus, em uma fenda da encosta na parte alta do complexo Sancho. O uso da escada é condicionado à horários pré-definidos para subida ou descida de acordo com o Protocolo Operacional da Visitação - PROV. O visitante também pode acessar a praia por meio de embarcações que fazem passeios no mar de dentro com uma parada para banho na praia do Sancho.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, caminhada, corrida, esportes com bola, rapel*, banho de mar, mergulho livre, canoagem, passeio náutico, <i>stand-up paddle</i> .	Alimentação, aluguel de equipamentos, condução de visitantes, educação ambiental e transporte aquaviário.	Zona de Uso Intensivo	Natural	Famílias, grupos, casais, caminhantes, esportistas, observadores de fauna/aves, praticantes de mergulho livre e natação.

\*Rapel é uma atividade mapeada como potencial, no entanto necessita de estudos ou avaliações técnicas aprofundadas para analisar se existe segurança geológica, viabilidade ambiental, em função da sensibilidade da fauna e flora local, e manutenção cênica da paisagem.

#### 4.2 AV Baía dos Porcos

A praia da Baía dos Porcos é conhecida pelas atividades de banho e mergulho. O atrativo tem acesso (por trilha e mar) pela Praia da Cacimba do Padre, dependendo dos horários da maré e condições do mar (*swell* - mar agitado e ondas fortes). Devido ao risco geológico (deslizamento de rochas das encostas), o acesso por trilha é realizado com regras de acesso quanto ao uso de equipamentos de proteção individual (EPI), horários com base na maré, quantidade máxima de pessoas e tempo de permanência, conforme definições em PROV. Quando o acesso é feito pelo mar, não há necessidade do cumprimento das regras mencionadas acima, uma vez que não existe risco geológico.

O atrativo ainda possui um mirante para o Morro Dois Irmãos, acessado pela mesma trilha que leva para a praia da Baía dos Porcos. Existe sinalização para o mirante e o local é muito utilizado para atividades de contemplação e ensaios fotográficos.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, caminhada, banho de mar, mergulho livre, canoagem e SUP.	Condução visitantes (trilha e nado), Educação ambiental e aluguel de equipamentos.	Zona de uso intensivo	Natural	famílias, grupos (pequenos e médios), casais, caminhantes, esportistas, observadores de aves, praticantes de mergulho livre e natação.

### 4.3 AV Leão

A AV Leão, situada a aproximadamente 4 km do centro de visitantes do PARNAMAR é acessada por uma estrada de terra com início na BR 363 que leva ao PIC Leão e ao estacionamento das caracas. Existe um portão próximo a BR que é fechado fora do horário de funcionamento do parque. No PIC os visitantes validam seus ingressos, encontrando uma estrutura que inclui uma loja de conveniência, passarelas suspensas para acessar o mirante da praia, lanchonete e estacionamento. A AV Leão conta com cinco atrativos distintos, cada um oferecendo diferentes experiências aos visitantes: Praia do Leão; PIC e Mirante do Leão; Trilha e Mirante da Ponta das Caracas; Piscina Natural da Ponta das Caracas; Trilha e Mirante do Sueste/ Forte São Joaquim.

#### 4.3.1 Praia do Leão

A Praia do Leão, uma das mais isoladas de Fernando de Noronha, encanta os visitantes com seu cenário exuberante. Uma característica marcante são as bancadas recifais observáveis na maré baixa, formadas por algas calcárias, foraminíferos, corais, esponjas e rochas. O acesso a essa praia é feito a partir do PIC Leão, sem restrições devido às condições da maré. A trilha até a praia é devidamente sinalizada e possui placas interpretativas. No local, é permitido banho em toda a extensão da praia e nas piscinas com fundo de areia, com exceção das áreas dos arrecifes nas extremidades, os quais são sensíveis ao pisoteio. O mergulho livre em áreas adjacentes à praia, como na área de naufrágio, desde que sejam respeitadas as restrições de subida nas ilhas secundárias do Morro da Viuvinha e do Morro do Leão, classificadas como

zonas intangíveis pelo plano de manejo. O canto direito da praia serve como entrada e saída para a trilha do Capim-Açu.

A praia do Leão é o principal ponto de desova da tartaruga-verde entre dezembro e maio, sendo fundamental para projetos de conservação destes animais, por isso conta com a presença constante de equipes do Centro TAMAR para monitorar a desova e o nascimento de filhotes, havendo uma estrutura de pesquisa no canto direito da praia e estacas de sinalização de ninhos de tartaruga.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, observação astronômica, caminhada, corrida, esportes com bola, banho de mar e mergulho livre.	Condução de visitantes, educação ambiental e eventos de pequeno porte.	Zona de Uso Extensivo	Pristina	Caminhantes, banhistas, famílias, aventureiros, visitantes com interesses científicos, observadores de aves, praticantes de mergulho livre, esportistas, grupos pequenos e médios.

#### 4.3.2 PIC e Mirante do Leão

O PIC do Leão é onde ocorre o controle de acesso à praia do Leão e validação de ingresso. O PIC oferece uma gama de serviços, incluindo uma loja de conveniência, passarelas suspensas para acesso ao mirante da praia, lanchonete, locação de equipamentos e bicicletas, banheiros, estacionamento e deck com mesas e cadeiras. No Mirante do Leão, é realizada a contemplação, sendo um local frequentemente utilizado por guias do Ilha Tour para fornecer informações sobre o local e sobre a conservação das tartarugas.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, caminhada, corrida e fitness (funcional, crossfit e yoga)	Condução de visitantes e educação ambiental, comercialização de bebidas e alimentos, banheiro, estacionamento, aluguel de equipamento de mergulho livre, <i>souvenir</i> , aluguel de bicicletas e eventos de pequeno porte.	Zona de uso especial	Seminatural	Visitantes com baixa mobilidade, famílias, grupos médios e grandes, excursões, visitantes com interesses científicos e observadores de aves.

### 4.3.3 Trilha e Mirante da Ponta das Caracas

O Mirante está localizado entre a Praia do Leão e Baía do Sueste sendo um lugar incrível para contemplação. Do alto de sua formação rochosa é possível avistar a bela praia do Leão e suas ilhas secundárias, assim como as formações recifais e piscinas naturais. Em frente ao mirante, fica o ponto mais à frente no Mar de Fora, onde é possível ver a força das ondas e agitação do mar. É um excelente local para observação de aves marinhas e para assistir ao pôr-do-sol.

O acesso é a partir do estacionamento existente no início das trilhas da Ponta das Caracas e Mirante do Sueste/Forte São Joaquim, se inicia a caminhada até o mirante que dá o nome ao atrativo. A trilha é curta, com 1200 metros de caminhada ida e volta, larga (aproximadamente 5m de largura - antiga estrada), com baixa declividade e com sinalização. O controle de entrada é realizado pela abertura e fechamento com cadeado do portão do complexo do leão.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico/observação de fauna/aves, caminhada, corrida e ciclismo.	Condução de visitantes e educação ambiental.	Zona de Uso Intensivo	natural	Caminhantes, famílias, casais aventureiros, visitantes com interesses científicos, observadores de fauna/aves, esportistas, grupos pequenos e médios.

### 4.4 Piscina Natural da Ponta das Caracas

A piscina das Caracas apresenta aproximadamente 130 m de perímetro e 1,80 metros de profundidade na maré baixa. Por se localizar em uma área fortemente exposta às condições oceanográficas, a piscina das Caracas apresenta baixa biodiversidade. Seu fundo é majoritariamente composto por seixos rolados onde polvos e moreias pintadas se escondem para emboscar suas presas. É possível observar aproximadamente 20 espécies de peixes neste ambiente, algumas delas sendo residentes, como donzelinhas, budiões-de-noronha e mariquitas e outros que buscam se proteger em seu interior no período da maré baixa, como ocasionais cardumes de sardinha e cirurgiões. A vida da piscina das Caracas se localiza majoritariamente em suas "paredes", abrigando uma bela diversidade de algas verdes, vermelhas e pardas, assim como o coral-estrela, o coral-baba-de-boi, esponjas e uma grande

quantidade de caranguejos-ermitões. Devido as condições ambientais do local a visitação deve ocorrer somente na maré baixa, com procedimentos operacionais e locais definidos em PROV.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, mergulho de flutuação.	Condução de visitantes e educação ambiental.	Zona de Uso Intensivo	Natural	Caminhantes, famílias, casais aventureiros, visitantes com interesses científicos, observadores de aves, mergulhadores esportistas, grupos pequenos e médios.

#### 4.4.1 Trilha e Mirante do Sueste/ Forte São Joaquim

O acesso é a partir do estacionamento já mencionado. A trilha é curta, com aproximadamente 500m ida e volta, com sinalização e caminho bem demarcado. O controle é feito pelo portão próximo a BR 363. As atividades mais comuns são caminhada, ciclismo, contemplação da paisagem e da biodiversidade da baía do Sueste assim como na área do mirante do forte. No primeiro mirante, o visitante pode contemplar uma belíssima vista da praia do Sueste e das Ilhas Cabeluda e do Chapéu. No segundo mirante o visitante conhece as ruínas do Forte São José do Sueste.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços – potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, turismo histórico-cultural, caminhada, corrida, ciclismo.	Condução de visitantes e educação ambiental.	Zona histórico cultural	Seminatural	Caminhantes, famílias, casais aventureiros, visitantes com interesses científicos e histórico cultural, observadores de aves, esportistas, grupos pequenos e médios.

## 4.5 AV Sueste

### 4.5.1 PIC e Praia do Sueste

Praia do mar de fora com a baía mais protegida do arquipélago, é onde o visitante poderá encontrar um ambiente recifal característico. O Sueste oferece áreas de mergulho livre que possibilitam a observação da biodiversidade marinha que ocorre em todo o arquipélago. O que mais chama atenção nesse cenário são as tartarugas e tubarões que usam o lugar como área de alimentação e descanso. Além disso, o Sueste abriga o único mangue de ilhas oceânicas do Atlântico Sul, que se instalou ali há cerca de 2 mil anos e possui exemplares arbóreos que atingem aproximadamente 10 metros de altura. O PIC conta com serviços de loja, lanchonete, locação de equipamentos e bicicletas, bilheteria controle de acesso, banheiros, fraldário, estacionamento,

bicicletário, duchas, deck com mesas e cadeiras e guarda-volumes. Devido a sensibilidade do ambiente e para mitigar riscos de acidentes com animais marinhos existem protocolos específicos para o ordenamento da visitação nessa praia.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços – potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observa�o sobre o perfil dos visitantes
Contempla�o, fotografia, turismo científico, observa�o de fauna/aves, caminhada, corrida, esportes com bola, fitness (funcional, crossfit e yoga), banho de mar, mergulho livre, mergulho autônomo, canoagem e <i>stand-up paddle</i> .	Condu�o de visitantes, educa�o ambiental, comercializa�o de bebidas e alimentos, banheiro, estacionamento, aluguel de equipamento de equipamentos, mergulho livre, brinquedos náuticos não motorizados, souvenir, aluguel de bicicletas e eventos de pequeno porte.	Zona de Uso Intensivo	Seminatural	Pessoas com mobilidade reduzida, caminhantes, famílias, casais, aventureiros, visitantes com interesses científicos, praticantes de mergulho livre, observadores de aves, esportistas, grupos pequenos e médios.

## 4.6 AV Atalaia

### 4.6.1 Trilha do Atalaia

A trilha oferece uma varia o de paisagens conforme a mudança de altitude e humidade. O acesso   feito pelo portão da trilha do Atalaia, que possui um estabelecimento comercial privado de apoio para os visitantes, oferecendo alimentos, bebidas, venda de *souvenirs* e até aluguel de equipamentos para mergulho ou caminhada. O trajeto possui aproximadamente 3 km (ida e volta) e   bem manejada, embora apresente um solo acidentado e irregular, com forma es rochosas e terra batida. Existe sinaliza o ao longo da trilha, inclusive em pontos chaves como a bifurca o para a trilha Pontinha-Caieiras.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observa�o sobre o perfil dos visitantes
Contempla�o, fotografia, turismo científico, observa�o de fauna/aves, caminhada, corrida e ciclismo.	Condu�o de visitantes, alimenta�o, aluguel de equipamentos e <i>souvenirs</i> .	Zona de Uso Intensivo	Seminatural	Caminhantes, famílias, casais, aventureiros, visitantes com interesses científicos, observadores de fauna/aves, esportistas, grupos pequenos e médios.

### 4.6.2 Praia e Piscina natural do Atalaia

A praia do Atalaia   pequena, possui uma franja de recifes e visão privilegiada do rochedo denominado Ilha do Frade. A piscina natural da Atalaia conta com uma incrível diversidade de vida marinha. Esse ambiente   frágil, com o fundo repleto de corais e outros organismos vivos, onde   possível encontrar tubarões, polvos, moreias e uma grande

diversidade de outras espécies. A visita só é possível durante o período de maré baixa, com uso de equipamentos para evitar o toque ou pisoteio nos corais, e conforme regulamentos operacionais previstos no PROV.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, caminhada, corrida e mergulho de flutuação.	Condução de visitantes, educação ambiental e eventos de pequeno porte.	Zona de Uso Intensivo	Natural	Caminhantes, famílias, casais, aventureiros, visitantes com interesses científicos, observadores de fauna/aves, praticantes de mergulho livre, esportistas, grupos pequenos e médios.

#### 4.6.3 Trilha Pontinha-Caieiras

Com diferentes tipos de relevo, a trilha margeia a encosta do mar de fora e passa pelo mirante da Pedra Alta. Durante a caminhada, ocorre a transição de uma vegetação de mata fechada para uma área mais aberta e rupestre, coberta por capim, cactos xique-xique e rochas.

O acesso é feito pelo portão da trilha do Atalaia. A visita é possível na maré baixa, conforme regulamentos operacionais previstos no PROV. Existe uma bifurcação bem-sinalizada indicando o caminho para a praia do Atalaia à direita e a continuidade da trilha Pontinha-Caieiras à esquerda. A trilha possui uma extensão total de 4km, sendo 2,5km por terreno arenoso acidentado e com pouca intensidade de sinalização direcional. Os últimos 1,5 km são feitos por uma enseada de pedras com origem vulcânica, sem nenhuma sinalização e com grau mais alto de dificuldade. Há uma modalidade mais longa de trilha, chamada Atalaia longa, que contempla o trajeto de ambas as trilhas (Atalaia e Pontinha-Caieiras), tendo uma duração média de 6h. Há ainda a presença de duas piscinas naturais ao longo da enseada de pedra (último trecho da trilha) onde é possível o banho e flutuação (Piscina da Pontinha e Piscina das Caieiras), sendo necessário o uso de colete flutuador, máscara e snorkel para evitar o toque e pisoteio nos corais.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, caminhada, corrida, ciclismo e mergulho de flutuação.	Condução de visitantes, aluguel de equipamentos e educação ambiental.	Zona de Uso Extensivo	Natural	Caminhantes, famílias, casais, aventureiros, visitantes com interesses científicos, observadores de fauna/ aves, praticantes de mergulho livre, esportistas, grupos pequenos e médios.

## 4.7 AV Capim-açu

### 4.7.1 Trilha do Farol e Mirante da Sapata

A trilha tem seu acesso no portão de controle da trilha do Farol, localizada na estrada Quixaba ao lado do PIC Golfinho-Sancho. O visitante deve respeitar os horários e demais regulamentos operacionais previstos no PROV. A trilha possui aproximadamente 8km de trajeto (ida e volta), contanto com a presença de alguns mirantes utilizados pelos visitantes para contemplação, sendo o Mirante do VOR, o Mirante do Farol e o Mirante da Ponta da Sapata os principais. A trilha é bem demarcada e sinalizada, contendo placas que indicam a direção, a distância remanescente e trazendo informações para a interpretação do ambiente natural. Alguns trechos passam por áreas de ninhais e estruturas históricas, como o Farol.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, turismo histórico-cultural, caminhada, corrida e ciclismo.	Condução de visitantes e educação ambiental, aluguel de bicicletas e equipamento, inclusive para observação de fauna.	Zona de Uso Extensivo	Natural	Caminhantes, famílias, casais, aventureiros, visitantes com interesses científicos, observadores de fauna/aves, esportistas, grupos pequenos e médios.

### 4.7.2 Trilha do Capim-Açu

A trilha do Capim-açu é a mais longa de Fernando de Noronha, com uma extensão total de aproximadamente 7 km. A caminhada pode ser iniciada pela Trilha do Farol ou pela Praia do Leão. A visita ao atrativo não depende da condição de maré, conforme regulamentos operacionais previstos no PROV.

O caminho tradicional tem seu início pela trilha do Farol, por uma descida em terreno arenoso e acidentado, apresentando um maior grau de dificuldade devido ao trecho conhecido como “descida da generosa”. Apesar disso, pode-se afirmar que a trilha é bem demarcada e sinalizada até esse ponto. A descida da generosa termina na área da piscina natural do Capim-açu, que é utilizada como ponto de parada para descanso e banho. Ao lado da piscina natural, está localizada a caverna do Capim-açu, que pode ser visitada para a contemplação. Os últimos 2km da trilha até a praia do leão são realizados pela encosta de pedras das enseadas ao longo do trajeto. Nesse trecho o visitante tem a oportunidade de tomar banho de mar em mais de uma piscina natural, antes de chegar na praia do Leão. A experiência nessa parte da trilha Capim-Açu é prístina, por se tratar de local remoto, com

dificuldades para o resgate, sem infraestruturas, onde o visitante pode vivenciar um pouco de aventura e desafio em conexão com a natureza.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, caminhada, banho, corrida, mergulho livre e flutuação.	Condução de visitantes, aluguel de equipamentos e educação ambiental.	Zona de Uso Extensivo	Pristina	Caminhantes, famílias, casais, aventureiros, visitantes com interesses científicos, observadores de fauna/aves, esportistas, grupos pequenos e médios.

## 4.8 AV Abreu

### 4.8.1 Trilha do Abreu

Localizado a 750m por estrada de terra do PIC Sueste, o acesso é feito pelo portão da trilha do Abreu. A trilha não dependa dos horários da maré, conforme regulamentos operacionais previstos no PROV. O trajeto de 3km (ida e volta) é o principal caminho para acessar a piscina natural do Abreu. Esse caminho é bem demarcado e sinalizado por placas, que indicam a direção e distância. No final da trilha, foi instalada uma corda para facilitar a descida da encosta que dá acesso à praia e à piscina natural. No início da trilha, existe um estacionamento para carros e bicicletas, além de bancos para os visitantes descansarem.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico/observação de fauna/aves, caminhada, corrida, ciclismo.	Condução de visitantes e educação ambiental.	Zona de Uso Extensivo	Natural	Caminhantes, famílias, casais aventureiros, visitantes com interesses científicos, observadores de aves, esportistas, grupos pequenos e médios.

### 4.8.2 Piscinas naturais do Abreu

O acesso é feito pelo portão da trilha do Abreu e depende da maré conforme regulamentos operacionais previstos no PROV. As piscinas naturais se localizam no final da trilha do Abreu, após o trecho de praia, antecedido pela descida da encosta, que pode ser realizado com apoio de uma corda. A primeira piscina natural, a principal, é utilizada para banho e flutuação, com definições operacionais e locacionais de uso estabelecidas em PROV para proteger a frágil vida bentônica. O local possui ainda uma segunda piscina natural com fundo de pedras, lembrando um ofurô. Diferente da primeira piscina, não há restrições de uso pelos visitantes. Essa área não possui nenhum tipo de sinalização.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, banho de mar e flutuação.	Condução de visitantes e educação ambiental.	Zona Primitiva	Pristina	Caminhantes, famílias, casais, aventureiros, visitantes com interesses científicos, observadores de fauna/aves, esportistas, grupos pequenos.

## 4.9 AV Morro São José

### 4.9.1 Piscina Natural do Morro São José

Localizado em um cenário deslumbrante, com uma vista única de algumas ilhas do arquipélago, este atrativo possui um ponto de controle de entrada e saída em um quiosque rústico situado no lugar conhecido como Air France, no extremo oeste da Ilha. A piscina do Morro São José é acessível dependendo do horário da maré, podendo ser alcançada por terra através de um caminho de pedras que conecta a ponta do Air France à enseada do Morro São José. A trilha terrestre é viável quando a maré está abaixo de 0.3m. Nessa modalidade, os visitantes precisam agendar a visita ao atrativo. Quando a maré está acima de 0.3m, o acesso é realizado apenas pela trilha aquática, com a utilização de equipamentos adequados (como máscara, nadadeira e snorkel) para realizar a travessia a nado, conforme regulamentos operacionais previstos no PROV. Orientações operacionais para o acesso terrestre e aquático estão definidos em PROV. Na base do morro São José, o caminho é composto exclusivamente por rochas e pedras, com a presença de outras piscinas menores formadas pela mudança da maré. Atualmente, não há sinalização no caminho que leva aos atrativos, nem onde a piscina natural está localizada.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico/observação de fauna/aves, banho de mar, flutuação e mergulho livre.	Condução de visitantes e educação ambiental.	Zona histórico-cultural	Natural	Caminhantes, famílias, casais, aventureiros, observadores de fauna/aves, praticantes de mergulho livre, esportistas, grupos pequenos e médios.

### 4.9.2 Sítio histórico e mirante do Morro São Jose

O sítio histórico e seus mirantes estão localizados no topo do morro São José, sendo o acesso realizado a partir da mesma praia de pedra que conduz à piscina natural, porém com um caminho à esquerda, que leva para a parte alta do morro. O sítio histórico conta com ruínas de um antigo forte do Século XVII, construído pelos Holandeses. Além de antigas construções

é possível encontrar canhões da época no entorno do morro, possuindo, inclusive, uma visão 360 da região. A área possui grande potencial de visitação, com a necessidade de ações de manejo e investimentos para implantação de infraestrutura de uso público, manutenção e restauração do patrimônio histórico-cultural desse sítio.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, turismo histórico-cultural e caminhada.	Condução de visitantes, educação ambiental, aluguel de equipamentos, transporte aquaviário, <i>souvenirs</i> e alimentação,	Zona histórico-cultural	Seminatural	Famílias, casais, visitantes com interesses científicos e história, observadores de fauna/ aves, grupos médios e grande.

## 4.10 AV Caieira

### 4.10.1 Praia da Caieira

A Caieira é uma pequena praia de fácil acesso e ponto de chegada da trilha Pontinha-Caieira. Do mirante é possível visualizar tubarões e mergulhões pescando sardinhas no período da manhã, além de ser um ponto especial para admirar o sol nascer. No lado direito da praia forma-se uma piscina natural que só pode ser acessada por meio da trilha da Pontinha-Caieira. As atividades variam de acordo com as condições de mar e época do ano, conforme regulamentos operacionais previstos no PROV.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, caminhada, corrida, banho de mar, mergulho livre, mergulho autônomo, surf, windsurf, kitesurf e canoagem,	Condução de visitantes e educação ambiental, comercialização de bebidas e alimentos, banheiro, estacionamento, aluguel de equipamentos, loja de souvenir, aluguel de bicicletas e eventos de pequeno porte.	Zona de uso intensivo	Natural	Caminhantes, famílias, casais, aventureiros, visitantes com interesses científicos, observadores de fauna /aves, esportistas, praticantes de mergulho livre e autônomo, grupos grandes, pequenos e médios.

#### 4.10.2 Encosta da Enseada dos Tubarões

A enseada fica localizada próxima a Capela de São Pedro dos Pescadores, com acesso por trilha sem sinalização, porém bem demarcada até o ponto de observação dos tubarões que chegam à enseada para descansar e se reproduzir. A espécie com maior ocorrência no local é o Tubarão-lixo (*Ginglymostoma cirratum*). As principais atividades são relacionadas à observação de fauna e contemplação da paisagem. O local possui fácil acesso e pode ser acessado apenas pela trilha demarcada na parte superior desta região, conforme regulamentos operacionais previstos no PROV.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de fauna/aves, observação astronômica e caminhada.	Condução de visitantes e educação ambiental.	Zona Primitiva	Natural	Caminhantes, famílias, casais, visitantes com interesses científicos, observadores de fauna/aves, grupos médios e pequenos.

#### 4.11 AV Ilha Rata

##### 4.11.1 Circuito histórico-cultural Júlio Grande

A região é composta por rochas escuras da formação Quixaba e apresenta alguns paredões abruptos, onde se observa o depósito de rochas areníticas claras e o maior depósito de fosfatos zoógenos do Brasil, devido ao acúmulo de guano (fezes/compostos orgânicos das aves que residem lá). A proposta de circuito pode variar de 1,5 km a 2,5 km de extensão (ida e volta), de acordo com as atividades envolvidas no trajeto (Circuito histórico-cultural com ou sem acesso aos locais para a observação de aves).

A Ilha Rata possui 6,8 km<sup>2</sup> e é a ilha secundária mais importante do arquipélago, localizada em uma zona de manejo de recuperação. Ela foi descoberta em 1503, por Américo Vespúcio, devido às grandes explorações mercantilistas ibéricas da época. Por volta de 1850, famílias de faroleiros foram se instalando na ilha para a construção e a manutenção do primeiro farol da região.

A ilha secundária também foi utilizada como ponto de quarentena para a chegada de animais caprinos e ovinos vindos da Índia para o Brasil. Em sua história mais recente, a Ilha serviu como local de subsistência para alguns moradores que lá se estabeleceram. O morador mais conhecido foi Seu Júlio Grande, devido às suas habilidades de apneia para a pesca de

peixes e lagostas, além de seu trabalho com a colheita de alimentos de qualidade e tamanho acima da média, como melancias, macaxeira, banana, milho, feijão, algodão, etc. Sua chegada à Ilha Rata ocorreu no final da década de 1950, e sua partida foi em fevereiro de 1992, devido a um incêndio provocado pelo preparo do solo para o plantio e à mudança de direção do vento.

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contemplação, fotografia, turismo científico, observação de aves, turismo histórico-cultural, caminhada, mergulho livre, mergulho autônomo e passeio náutico.	Condução de visitantes, educação ambiental, transporte aquaviário.	Zona de Recuperação	Natural	Caminhantes, visitantes interessados em conteúdo histórico e cultural da ilha, observadores de fauna/aves e estudantes e praticantes de mergulho autônomo.

#### 4.12 AVs Marinhas

As águas cristalinas e azul-turquesa do PARNAMAR são o lar de uma grande variedade de espécies marinhas, incluindo tartarugas-verdes, golfinhos-rotadores, tubarões, arraias, peixes coloridos e corais exuberantes. Fernando de Noronha é reconhecida como um dos melhores destinos para a prática de mergulho autônomo e turismo náutico do Brasil, oferecendo aos visitantes a oportunidade de explorar recifes de coral, naufrágios históricos e uma rica vida marinha em um ambiente conservado com grande beleza cênica. A visibilidade submarina é excepcional e permite aos mergulhadores desfrutarem de uma experiência única, observando de perto uma vibrante vida marinha, paisagens e ecossistemas subaquáticos.

No PARNAMAR, o turismo náutico ocorre tanto no mar de dentro como no mar de fora. No mar de dentro, as principais atividades são mergulho autônomo, mergulho livre, passeio de barco, mergulho rebocado e, com menor frequência, atividades com brinquedos náuticos, como *stand-up-paddle* e canoa havaiana. No Mar de Fora, ocorre mergulho autônomo e livre e, com menor frequência, atividades com brinquedos náuticos, como *stand-up-paddle*, windsurf, surf e canoa havaiana, sendo que os passeios embarcados também são esporádicos nesta área.

As operações de mergulho autônomo são conduzidas por prestadores de serviço autorizados. O mergulho rebocado é uma atividade associada aos passeios embarcados, que seguem uma rota predefinida dentro do parque e são operados por prestadores de serviço autorizados pelo ICMBio. Os pontos de mergulho autorizados para a prática de mergulho

autônomo estão definidos, conforme critérios estabelecidos pelo ICMBio, no protocolo operacional da visitação (PROV).

#### 4.12.1 AV Mar de Dentro

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contempla�o, fotografia, turismo científico, observa�o de fauna/aves/cetáceos , mergulho livre, mergulho autônomo, passeio náutico, surf, windsurf, kitesurf e canoagem.	Condu�o de visitantes, educa�o ambiental, transporte aquaviário, opera�o de mergulho autônomo e aluguel de equipamentos.	Zona de Uso Extensivo	Natural	f�mlias, casais, visitantes com interesses científicos, observadores de fauna/aves, grupos médios e pequenos, praticantes de mergulho autônomo e livre e esportistas.

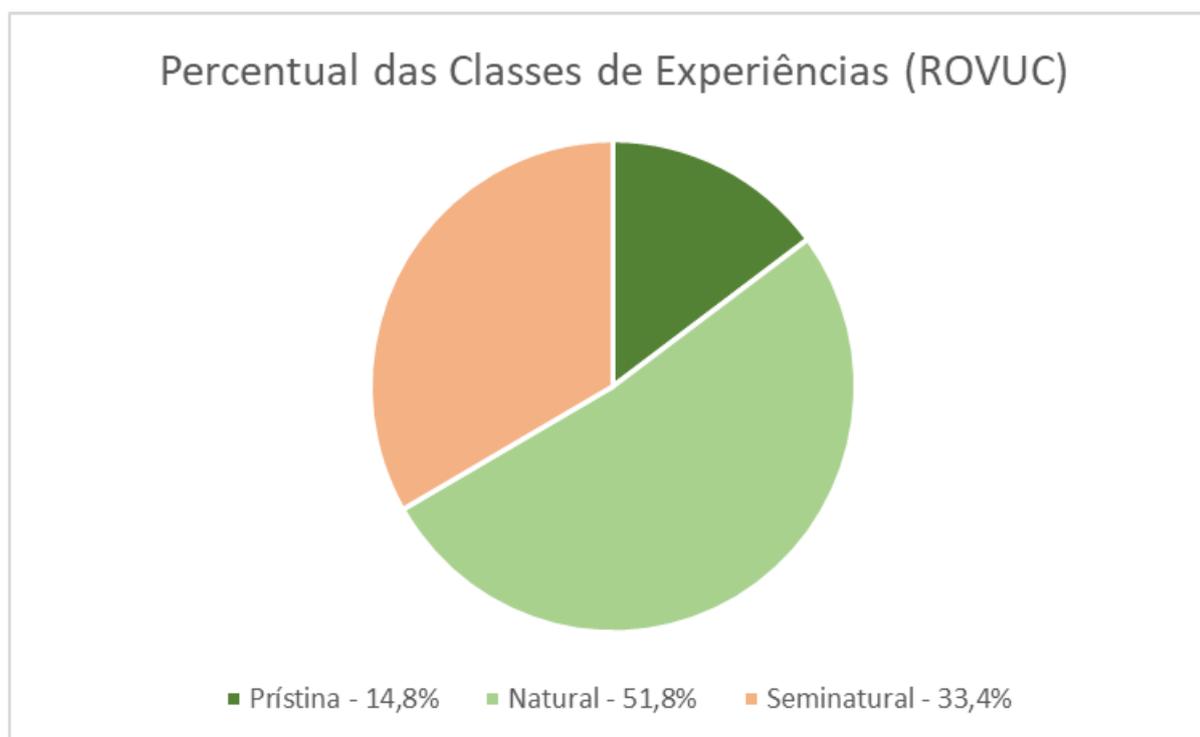
#### 4.12.2 AV Mar de Fora

Atividades existentes ou potenciais	Serviços - potenciais	Zona de Manejo	Classe ROVUC	Observação sobre o perfil dos visitantes
Contempla�o, fotografia, turismo científico, observa�o de fauna/aves, mergulho livre, mergulho autônomo, passeio náutico, surf, windsurf, kitesurf e canoagem	Condu�o de visitantes, educa�o ambiental, transporte marinho, opera�o de mergulho, brinquedos náuticos, canoagem	Zona Primitiva	Pristina	f�mlias, casais, visitantes com interesses científicos, observadores de fauna/aves , grupos médios e pequenos, praticantes de mergulho autônomo e livre e esportistas.

## 5 SISTEMATIZAÇÃO DAS CLASSES DE EXPERIÊNCIA DA VISITAÇÃO

AV	Atrativo	Zona de Manejo	Classe ROVUC
Golfinho - Sancho	Trilha Baía dos Golfinhos	Zona de Uso Especial	Seminatural
	Trilha Golfinho-Sancho	Zona de Uso Especial	Seminatural
	Trilha do Sancho	Zona de Uso Especial	Seminatural
	Trilha do Mirante dos Dois Irmãos	Zona de Uso Especial	Seminatural
	Praia do Sancho	Zona de Uso Intensivo	Natural
Baia dos Porcos	Praia da Baía dos Porcos e Mirante do Morro Dois Irmãos	Zona de uso intensivo	Natural
Leão	Praia do Leão	Zona de Uso Extensivo	Pristina
	PIC e Mirante do Leão	Zona de uso especial	Seminatural
	Trilha e Mirante da Ponta das Caracas	Zona de Uso Intensivo	Natural
	Piscina Natural da Ponta das Caracas	Zona de Uso Intensivo	Natural
	Trilha e Mirante do Sueste/ Forte São Joaquim	Zona histórico cultural	Seminatural
Sueste	PIC e Praia do Sueste	Zona de Uso Intensivo	Seminatural
Atalaia	Trilha do Atalaia	Zona de Uso Intensivo	Seminatural
	Praia e Piscina natural do Atalaia	Zona de Uso Intensivo	Natural
	Trilha Pontinha-Caieiras	Zona de Uso Extensivo	Natural
Capim-açu	Trilha do Farol e Mirante da Sapata	Zona de Uso Extensivo	Natural
	Trilha do Capim-Açu	Zona de Uso Extensivo	Pristina
Abreu	Trilha do Abreu	Zona de Uso Extensivo	Natural
	Piscinas naturais do Abreu	Zona Primitiva	Pristina
Morro São José	Piscina Natural do Morro São José	Zona histórico-cultural	Natural
	Sítio histórico e mirante do Morro São Jose	Zona histórico-cultural	Seminatural
Caieira	Praia das Caieiras	Zona de uso intensivo	Natural
	Buraco da Raquel	Zona Primitiva	Natural
	Encosta da Enseada dos Tubarões	Zona Primitiva	Natural
Ilha Rata	Circuito histórico-cultural Júlio Grande	Zona de Recuperação	Natural
Mar de Dentro	Mar de Dentro	Zona de Uso Extensivo	Natural
Mar e Fora	Mar de Fora	Zona Primitiva	Pristina

Áreas de Visitação	Nº de atrativos por classe ROVUC			Total
	Prístina	Natural	Seminatural	
Abreu	1	1		2
Atalaia		2	1	3
Baía dos Porcos		1		1
Caieiras		3		3
Capim-açu	1	1		2
Golfinho -Sancho		1	4	5
Ilha Rata		1		1
Leão	1	2	2	5
Mar de Dentro		1		1
Mar e Fora	1			1
Morro São José		1	1	2
Sueste			1	1
<b>Total Geral</b>	<b>4</b>	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>27</b>



## 6 MATRIZ DE AÇÕES

O NGI Noronha organiza suas atividades e ações a partir de um planejamento estratégico de 24 meses, juntamente com procedimentos operacionais para os diferentes serviços prestados no NGI, sempre observando os Planos de Manejo da APA e do Parque.

Esse planejamento estratégico define os objetivos gerais e específicos para o biênio de forma alinhada às macros ações de manejo previstas no Sistema de Monitoramento da Gestão do ICMBio – SAMGE. Nesse processo, após a priorização das atividades e definição de suas respectivas ações, são determinados os responsáveis pelo acompanhamento e os prazos de execução. Posteriormente, os servidores desdobram essas responsabilidades em seus Planos de Trabalho Individuais, os quais são revisados anualmente.

É importante observar que a elaboração do planejamento estratégico bianual considera diversos fatores internos e externos à UC, como o contexto, a disponibilidade de recursos, a equipe disponível, as competências desenvolvidas pela equipe e as diretrizes institucionais, entre outros aspectos que podem variar ao longo do tempo. Por isso, o presente PUP não tem como objetivo definir prazos, responsáveis ou esgotar as ações necessárias para cada atividade priorizada, mas sim apontar quais atividades são fundamentais para a estruturação e aprimoramento do uso público nos próximos anos e quais instrumentos de gestão devem ser desenvolvidos.

A partir disso a equipe de gestão do NGI Noronha deverá incorporar as atividades e ações contidas no presente plano em seu planejamento estratégico e realizar os desdobramentos necessários.

As atividades foram definidas com base na priorização realizada pelos participantes da oficina, considerando os eixos temáticos previstos no SAMGE. Os desdobramentos em ações foram realizados pela equipe do Uso Público do NGI Noronha na etapa final da oficina.

Apesar da visão de futuro apresentar o horizonte de 10 anos para alcançar o propósito almejado, a matriz de ações do PUP poderá ser revisada ou atualizada a cada 2 anos, juntamente com a avaliação e revisão do planejamento estratégico do NGI Noronha, conforme os resultados do processo de monitoria de ações executadas durante a revisão.

No SAMGE, o processo de Visitação e Turismo é organizado em três grandes eixos, chamados de Ações de Manejo, que são: Planejar e Ordenar o Uso Público; Implantar o Uso Público e; Monitorar a Visitação. As atividades e ações, que serão apresentadas a seguir, foram organizadas da mesma forma.

## 6.1 PLANEJAR E ORDENAR O USO PÚBLICO

**\*As ações devem ser revisadas periodicamente pela equipe, após avaliação dos resultados alcançados, idealmente em conjunto com as revisões periódicas do planejamento estratégico.**

Atividade Prioritária	Ações
<p><b>Elaborar/aprovar instrumento de gestão do uso público: programa de monitoramento da visitação</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidar e centralizar os dados existentes, como satisfação do visitante, número de visitas, perfil do visitante, saídas de barcos, número de passageiros por embarcação, saídas de mergulho, número de profissionais que fazem imagens embarcados e número de monitores por atrativo por dia.</li> <li>• Desenvolver e aplicar um questionário para o monitoramento da visitação embarcada.</li> <li>• Organizar e disponibilizar informações sobre incidentes e acidentes.</li> <li>• Implementar o protocolo de monitoramento da visitação, baseado no Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação do ICMBio.</li> </ul>
<p><b>Elaborar/aprovar instrumento de gestão do uso público: protocolo de gestão de segurança da visitação (PGSV)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observando os levantamentos já existentes elaborar e implementar o PGSV dos atrativos fora do escopo do contrato de concessão, conforme orientações institucionais.</li> <li>• Realizar oficina para a elaboração do PGSV.</li> </ul>

**Elaborar/aprovar instrumento de gestão do uso público: projeto de visitação com objetivos educacionais (PVCOE)**

- Fortalecer os programas já existentes, como o Aves de Noronha, entre outros.
- Promover a implementação de novos programas de educação ambiental, abordando temas como geologia, flora e cetáceos.
- Desenvolver programas educacionais específicos para a comunidade local e para diferentes perfis de visitantes.
- Estimular a elaboração de plano de trabalho para que voluntários da ilha conduzam um ações de educação ambiental voltado para a Escola de Referência em Ensino Médio (EREM), resgatando, sempre que possível, ações que foram bem-sucedidas no passado.
- Articular e ampliar a participação em programas de rádio e TV com o objetivo de promover a educação ambiental.
- Elaborar e implementar PVCOE para a ilha da Rata e sítio histórico do Morro São José.
  
- Divulgar novos atrativos ou novas atividades de visitação;
- Promover o turismo geológico com objetivos educacionais;

## 6.2 IMPLEMENTAR O USO PUBLICO

Atividade Prioritária	Ações
<b>Infraestrutura de visitação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar a compreensão sobre as necessidades dos visitantes e, quando possível, realizar os ajustes e intervenções necessárias.</li> <li>• Avaliar a instalação de trilhas secundárias às estradas internas, mediante avaliações técnicas.</li> </ul>
<b>Manter infraestrutura de Visitação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar a manutenção dos quiosques e adaptá-los para resistir a ventos e chuvas, incluindo a instalação de corta-ventos.</li> <li>• Adequar as instalações do atrativo Air France, incluindo o estacionamento, trilhas e outros elementos.</li> <li>• Ampliar as ações de estruturação, divulgação e interpretação dos sítios históricos.</li> <li>• Estudar a possibilidade de revestimento (asfalto, bloquetes, etc) das vias de acesso de uso intensivo para melhorar sua durabilidade e acessibilidade e reduzir os impactos ambientais</li> <li>• Realizar a manutenção das estradas que podem ser utilizadas para operações de resgate em caso de emergências, como no Atalaia e PIC Leão.</li> <li>• Investir em melhorias na infraestrutura de acessibilidade dentro do parque, especialmente nas áreas de maior interesse para visitantes com necessidades</li> </ul>

especiais, alinhando-se com as tendências do perfil dos visitantes que valorizam destinos acessíveis e inclusivos;

---

**Implementar o Uso Público e/ou Instrumentos de Gestão do Uso Público**

- Alinhar o planejamento estratégico e demais instrumentos de planejamento do NGI Noronha com o Plano de Uso Público.
  - Atualizar os Planos de Trabalho Individuais para incorporar as ações definidas no PUP.
  - Incluir, como tema de capacitação para os condutores, as boas práticas de condução em áreas pristinas.
  - Promover ações de fiscalização para coibir a prestações de serviço irregulares no parque.
  - Investir em treinamento contínuo para a equipe do ICMBio, garantindo a manutenção e o aprimoramento das habilidades necessárias para uma gestão eficaz do uso público;
  - Implementar programas de reconhecimento para incentivar o bom desempenho da equipe de gestão do uso público;
  - Desenvolver programas de sucessão para garantir uma transição positiva e eficaz do corpo técnico da unidade.
  
  - Realizar campanhas de conscientização para esclarecer a diferença entre os tipos de Unidades de Conservação em Fernando de Noronha, seus objetivos e regras, educando tanto os visitantes quanto os prestadores de serviços;
  
  - Divulgar junto aos visitantes o reconhecimento de Noronha como Patrimônio da Humanidade e Sítio Ramsar;
-

- Propor parcerias com instituições científicas e educacionais para desenvolver programas de pesquisa e visitação com objetivos educacionais que explorem e promovam os aspectos ambientais únicos do parque.
- Desenvolver e implementar programas de interpretação ambiental para os visitantes, com o objetivo de aumentar a conscientização sobre a importância da conservação e reduzir a desinformação;
- Intensificar parcerias e programas com o Governo Estadual e Administração Distrital, visando o aprimoramento da visitação no parque;

---

**Realizar análise e autorização para eventos**

- Aprimorar as condicionantes para autorização de eventos na área do parque.
  - Divulgar as condicionantes de autorização de eventos e o fluxo de trabalho para autorização.
-

### 6.3 DELEGAR SERVIÇOS

---

Atividade Prioritária	Ações
<b>Construir edital de credenciamento e emitir autorização para transporte aquaviário</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Elaborar um diagnóstico das embarcações: número, capacidade, modelo etc.</li><li>• Elaborar estudos (ex: BNDS) para avaliar o modelo de delegação mais apropriado para o transporte aquaviária na ilha.</li><li>• Conduzir a implementar do novo modelo de delegação para o transporte aquaviário, garantindo os princípios da administração pública.</li></ul>
<b>Participar da elaboração dos estudos de demanda, estudo conceitual de arquitetura, engenharia e transporte, estudo de viabilidade econômica, cadernos de encargos, contrato de concessão e demais anexos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Acompanhar e participar da condução dos estudos, contratos, caderno de encargos, etc etc.</li></ul>

---

#### 6.4 MONITORAR A VISITAÇÃO

---

Atividade Prioritária	Ações
<b>Monitorar os impactos biofísicos da visita</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Realizar oficina para definição de indicadores, áreas, atividades etc e demais questões relacionadas ao processo de monitoramento dos impactos biofísicos da visita, conforme referências técnicas e orientações institucionais;</li><li>• Desenvolver protocolos de monitoramento dos impactos biofísicos da visita, levando em conta dados pré-existentes, parâmetros prioritários e os limites aceitáveis de impactos.</li></ul>
<b>Monitorar o perfil e a qualidade da experiência do visitante</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Compilar e compartilhar dados estatísticos sobre o perfil dos visitantes.</li><li>• Analisar a jornada completa do visitante, desde as informações prévias obtidas até suas atividades durante a visita, a fim de identificar possíveis melhorias.</li><li>• Identificar quais dados podem ser monitorados em tempo real para detectar problemas e tomar medidas preventivas.</li><li>• Incluir uma solicitação de permissão para o uso dos dados dos visitantes durante o processo de compra de ingressos e agendamento de passeios.</li><li>• Implementar um sistema automatizado de envio de pesquisas de satisfação (por e-mail, whatsapp etc) para os visitantes que já estiveram no Parque, a fim de coletar feedback e identificar áreas de melhoria.</li><li>• Classificar e analisar os <i>feedback</i> recebidos por meio do canal de comunicação "Fala Noronha", buscando identificar tendências, problemas recorrentes e sugestões dos visitantes para aprimorar a gestão</li></ul>

---

**Monitorar instrumento de Gestão e Planejamento**

- Realizar monitoramento anual da implementação das ações previstas no PUP, levando em consideração o planejamento estratégico do NGI Noronha.
  - Monitorar de forma contínua a adequação e eficiência do PROV.
  - Continuamente divulgar para funcionários, prestadores de serviço e ATs do NGI Noronha os procedimentos operacionais de visitação previstos (PROV), bem como suas atualizações.
  - Divulgar as definições do PROV por meio dos canais digitais disponíveis da unidade e do ICMBio (site, instagram, aplicativos etc).
-

## 6.5 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO USO PÚBLICO E DEMAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES AO PLANO DE USO PÚBLICO

Segue quadro de instrumentos de gestão e outras orientações a serem prioritariamente validados, atualizados ou desenvolvidos pela equipe do NGI Noronha para complementar o presente Plano de Uso Público, em conformidade com as diretrizes apresentadas:

Instrumentos de Gestão previstos na Portaria nº 289 de 3/05/2021	Outros programas, projetos e orientações da UC
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Protocolo Operacional da Visitação;</li> <li>• Programa de Monitoramento da Visitação;</li> <li>• Autorização para Operadoras de Mergulho;</li> <li>• Autorização para Condutores de Mergulho;</li> <li>• Autorização para transporte aquaviário - Passeio embarcado;</li> <li>• Autorização para Condutores - Passeios Embarcados;</li> <li>• Autorização para Condutores em Trilhas, Praias e Piscinas Naturais;</li> <li>• Programa de Interpretação Ambiental;</li> <li>• Projeto interpretativo - Exposição do Centro de Visitantes;</li> <li>• Projeto de Sinalização;</li> <li>• Sistema de Gestão de Segurança da Concessão de serviços de apoio à visitação;</li> <li>• Contrato de concessão;</li> <li>• Projeto de Manejo de Trilhas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de Capacitação para Condutores (Mergulho Autônomo; Passeios Embarcados; Trilhas, Piscinas e Praias);</li> <li>• Orientação de melhores Práticas para o Mergulho Autônomo na Área do Parque;</li> <li>• Orientação de Melhores Práticas - Passeio Comercial Embarcado;</li> <li>• Projeto Estrutural do Site e Aplicativos;</li> </ul>

## 7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, G. (coord.)(2008). Estudo de Determinação da Capacidade de Suporte e seus Indicadores de Sustentabilidade – Arquipélago de Fernando de Noronha, Produtos 3 e 4. Brasília: ICMBio/PNUD/.

Apostolopoulos, Y., & Gayle, D. J. (2002). *Island Tourism and Sustainable Development: Caribbean, Pacific, and Mediterranean Experiences*. Greenwood Publishing Group.

Cordeiro, I., Körössy, N., & Tôrres, E. (2018). Análise do Processo de Turistificação de Fernando de Noronha (PE) entre os Anos de 1960 e 2016. *Revista Turismo Em Análise*, 29(1), 164–181. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v29i1p164-181>.

Dourado, M. L. (2020). Coronavírus deve acelerar mudanças na vida e no turismo de Fernando de Noronha. *Turismo de Valor*. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/turismo-de-valor/2020/04/5606312-coronavirus-deve-acelerar-mudancas-na-vida-e-no-turismo-de-fernando-de-noronha.html>.

Dwyer, L., & Forsyth, P. (1997). Measuring the benefits and yields from foreign tourism. *International Journal of Social Economics*, 24(1/2/3), 223–236. DOI: <https://doi.org/10.1108/03068299710161232>.

Hampton, M., & Christensen, J. (2007). Competing industries in islands: A new tourism approach. *Annals of Tourism Research*, 34(4), 998–1020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2007.05.011>.

IBAMA. Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha. Brasília – DF, 1990

IBGE. Panorama [Internet]. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/fernando-de-noronha/panorama>. Acesso em: 02/02/2023.

ICMBio. Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação - ROVUC. 2º Edição. Organização: Allan Crema e Paulo Eduardo Pereira faria. Brasília - DF, 2020.

Körössy, N. (2007). Turismo e recursos hídricos no arquipélago de Fernando de Noronha (Pernambuco/Brasil): Reflexões sobre a sustentabilidade da atividade turística a partir da análise do consumo de água pelos meios de hospedagem [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco].

Lins e Silva, M. (2013). *Fernando de Noronha: cinco séculos de história*. Recife, PE: Editora Universitária da UFPE.

## **8 ANEXO I- MAPAS**